

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 188/2021
Data: 06/12/2021



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
UNIVERSIDADES OFERECEM CURSOS VOLTADOS AO PORTO DE SANTOS	4
GOVERNO FEDERAL PREVÊ EXPANSÃO DE FERROVIAS NO PORTO DE SANTOS.....	6
PETROBRAS FARÁ INVESTIMENTOS EM PLATAFORMAS NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
ANTAQ E MPT CELEBRAM COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS PORTOS ORGANIZADOS	9
ANTAQ E AUTORIDADE MARÍTIMA DINAMARQUESA REALIZAM WEBINAR PARA AMPLIAR COOPERAÇÃO MARÍTIMA	10
ANTAQ RECEBE PRÊMIO POR MELHOR GESTÃO DE CUSTOS ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	12
PORTAL PORTO GENTE	13
CAP DELIBERATIVO É A VOZ DA COMUNIDADE PORTUÁRIA	13
PLATAFORMA POSSUI MAIS DE 800 VAGAS DE EMPREGO	14
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	15
CHINA AUMENTA EMBARQUES DE SOJA BRASILEIRA APÓS QUEDA DE PREÇO	15
10 TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO MERCADO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO PARA OS PRÓXIMOS ANOS	15
SPA É A PRIMEIRA COLOCADA ENTRE ESTATAIS VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
BRASIL BUSCA MAIOR FATIA EM MERCADO DE ALIMENTOS HALAL DE MAIS DE US\$1 TRI.....	17
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,075 BI NA 1ª SEMANA DE DEZEMBRO.....	18
EQUIPE ECONÔMICA CONSEGUIU DOMAR PRINCIPAIS GASTOS PÚBLICOS, REPETE GUEDES.....	18
SE LIRA QUIUSER, PODE TUDO, DIZ LÍDER DO NOVO, SOBRE PEC DOS PRECATÓRIOS.....	19
MONEYTIMES	19
PACHECO E LIRA REÚNEM-SE COM LÍDERES PARA DISCUTIR FATIAMENTO DE PEC DOS PRECATÓRIOS	19
GOVERNO FEDERAL FECHARÁ 2021 COM DÉFICIT PRIMÁRIO DE 1% DO PIB, DIZ GUEDES.....	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	21
FURNAS INAUGURA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE PARA PESQUISAS EM GOIÁS	21
BOLSONARO ANUNCIA REDUÇÃO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS DA PETROBRAS	22
ORIZON VAI EMITIR DEBÊNTURES INCENTIVADAS E MIRA LEILÕES DE ENERGIA	26
INCONSTITUCIONALIDADE DO PL QUE VISA A REINSTITUIR TFPG NO RIO DE JANEIRO.....	28
JORNAL O GLOBO – RJ	30
GUEDES CRITICA BANCOS CENTRAIS SOBRE INFLAÇÃO GLOBAL: ‘DORMIRAM AO VOLANTE’	30
EVE, DA EMBRAER, RECEBE ENCOMENDA DE 50 TÁXIS AÉREOS VOADORES PARA AUSTRÁLIA	31
MUBADALA: ONDE O FUNDO ÁRABE QUE FOI PARCEIRO DE EIKE E MANTÉM ESTILO DISCRETO QUER CHEGAR NO BRASIL? ...	33
PAULO GUEDES DEFINE NOMES PARA RECEITA, SECRETARIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM REESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
ESTUDO BUSCA ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO ELÉTRICA SEM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS EM FERNANDO DE NORONHA.....	36
CARRO HÍBRIDO A ETANOL SERÁ 'JABUTICABA FOR EXPORT', DIZ PRESIDENTE DA VOLKSWAGEN.....	37
SENADORES PRESSIONAM PACHECO A NÃO FATIAR PEC DOS PRECATÓRIOS E FORÇAR VOTAÇÃO RÁPIDA NA CÂMARA.....	39
BC MULTA CAIXA EM R\$ 200 MIL POR COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFAS POR QUASE DEZ ANOS	40
PETROBRAS DIZ QUE NÃO ANTECIPA DECISÕES SOBRE REAJUSTE DE PREÇOS, APÓS FALA DE BOLSONARO.....	41
PROCURADOR DO MP VÊ FALTA DE TRANSPARÊNCIA EM PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE PORTOS NO ES	42
VALOR ECONÔMICO (SP)	43
BID APROVA US\$ 1,65 BILHÃO EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA BRASIL E OUTROS CINCO PAÍSES	43
TERMINAL DA SIMPAR NA BA É ALVO DE QUESTIONAMENTO	44
BRASIL É PRIORIDADE NA CARTEIRA GLOBAL DA NORUEGUESA EQUINOR	46
PETROBRAS TRANSFERE OPERAÇÃO DE REGASEIFICAÇÃO DE GNL À EXCELERATE, APÓS AVAL DO CADE	48
BOLSONARO DIZ QUE PETROBRAS VAI ANUNCIAR REDUÇÃO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS.....	48
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	49
IBGE TERÁ PROCESSO SELETIVO COM 207 MIL VAGAS PARA O CENSO 2022.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 188/2021
Página 3 de 58
Data: 06/12/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	50
ZPMC DESENVOLVEU PRIMEIRO RTG MOVIDO A HIDROGÊNIO DO MUNDO	50
PF REÚNE PROVAS PARA INDICIAR RESPONSÁVEL PELO DERRAMAMENTO DE ÓLEO EM 2019	51
PORTOS DO PARANÁ APRESENTA PROJETOS DE EXPANSÃO A GRUPO INTERNACIONAL DE INVESTIDORES	51
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESCE 25% EM NOVEMBRO	52
MAERSK E THE OCEAN CLEANUP VALIDAM TECNOLOGIA CAPAZ DE LIMPAR RIOS E OCEANOS	52
FIRJAN DESTACA EFEITOS DA COVID-19 NAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS	54
REGULAMENTAÇÃO PARA RECICLAGEM DE EMBARCAÇÕES AVANÇA NA CÂMARA	55
DOCAS DO RIO ADQUIRE RADARES PARA MONITORAMENTO DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO NOS PORTOS	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	58

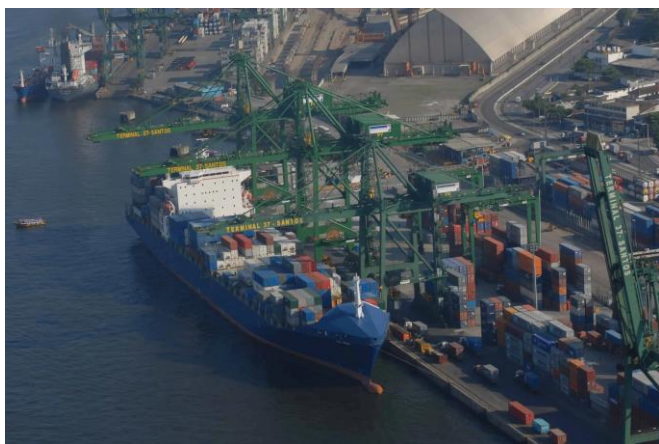


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

UNIVERSIDADES OFERECEM CURSOS VOLTADOS AO PORTO DE SANTOS

Segundo especialistas, primeiro passo para buscar uma colocação no mercado é escolher uma boa qualificação

Por: **Sandro Thadeu**



Porto de Santos é um importante campo de trabalho na região, atraindo estudantes e profissionais de todo o País Foto: Arquivo/AT

O Porto de Santos representa um importante e diversificado campo de trabalho. O primeiro passo para buscar entrar nesse segmento, que atrai profissionais de várias regiões do País, é buscar uma boa qualificação. Por esse motivo, A Tribuna traz uma relação de cursos de graduação e pós-graduação relacionados ao setor ofertados pelas unidades de ensino instaladas nas cidades da Baixada Santista.

A Universidade Santa Cecília (Unisantia) listou ao menos cinco graduações relacionadas ao cais santista: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Direito; Engenharia Civil; e Engenharia de Produção. Há ainda outros dois cursos tecnológicos, de Logística e Comércio Exterior.

A instituição citou como um diferencial o Núcleo de Estudos Portuários Marítimos e Territoriais (Nepomt), que realiza pesquisas e é constituído por pesquisadores, docentes e estudantes que têm interesse na produção científica.

A Unisantia também é a sede do Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas e do Observatório do Porto. Segundo a universidade, existem disciplinas ligadas à área portuária nos demais cursos de Engenharia (Elétrica; Eletrônica; Mecânica; Química; de Computação; Mecatrônica).

Já a Universidade Católica de Santos (UniSantos) oferece seis cursos presenciais (Engenharia Ambiental; Engenharia de Produção; Engenharia Civil; Química; Relações Internacionais; Administração) e dois a distância (formato EAD), que são os de Comércio Exterior e de Logística.

Conforme o coordenador de cursos do Centro Universitário Lusíada (Unilus), Domeiver Verni, duas graduações contemplam o conteúdo curricular ligado ao segmento portuário: Administração e Relações Internacionais.

A pró-reitora acadêmica da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Elaine Marcílio Santos, explica que a instituição oferece hoje três cursos relacionados ao setor (os de Comércio Exterior; Logística; Gestão Pública).

No próximo ano, serão ofertados mais dois. Um deles é o de Relações Internacionais, que, segundo a docente, terá um enfoque inovador para atender às demandas do mercado de Santos. O outro é o de Tecnologia em Turismo, que também será vinculado com as necessidades da região portuária.

A Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) - Campus Guarujá tem três graduações com disciplinas e projetos voltados ao setor (Administração; Direito; Engenharia Civil). A Universidade Paulista (Unip) oferece os cursos de Comércio Exterior e Logística.

A Universidade São Judas - campus Unimonte também oferece os seguintes cursos superiores ligados direta ou indiretamente à área portuária: Comércio Exterior, Arquitetura e Urbanismo; Direito; Engenharia Civil; Engenharia da Computação; Engenharia de Produção; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Administração; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira; Logística; Processos Gerenciais; e Relações Internacionais.

A Esamc-Santos possui as seguintes graduações relacionadas ao setor portuário: Relações Internacionais; Administração Engenharia de Produção; além dos tecnólogos de Comércio Exterior; Logística; e Gestão de Qualidade. A instituição informou que oferece “dentro da sua formação acadêmica o diferencial que todo o profissional busca para se tornar um grande líder”.

A Faculdade de São Vicente (Unibr) oferece aos estudantes os cursos presenciais de Gestão Portuária, Comércio Exterior e Logística, sendo este último também no formato EAD.



As universidades também ofertam diversos cursos de pós-graduação lato sensu Foto: Marcelo Justo/AT

Especialização

As universidades também ofertam diversos cursos de pós-graduação lato sensu relacionados ao setor. A maior parte deles está concentrada na UniSantos, que oferece seis opções de forma presencial: Direito Aduaneiro e Legislação Tributária Aplicada; Direito Marítimo e Portuário; Gestão de Operações e Logística, com ênfase em simulação; Gestão de Transportes; MBA em

Comércio Exterior e Negócios Internacionais; e MBA em Gestão Portuária - Infraestrutura, Logística e Negócios.

A Unisanta tem duas opções ligadas a essa área (MBA em Gestão Portuária e Operações Internacionais e Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro).

Além disso, a instituição tem cursos no formato EAD que abrangem essa temática (Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira; Gestão Pública; Logística; Marketing; Processos Gerenciais; Segurança Pública; Comércio Exterior; Empreendedorismo; Gestão Ambiental).

A pró-reitora acadêmica da Unimes, Elaine Marcílio Santos, explica que a universidade vai ofertar pós-graduações voltadas à área portuária, entre elas Gestão Portuária e Economia Sustentável.

O coordenador de cursos do Unilus, Domeiver Verni, cita o MBA em Gestão de Finanças, Controladoria e Mercado de Capitais, além de quatro atividades de extensão: Auditoria Interna; Gestão Econômica de Negócios; Gestão do Consumidor de Bens e Serviços; e Brics e Economia Política Internacional.

O Senac oferta ao público duas pós-graduações EAD relacionadas ao Porto: Tecnologia em Logística e Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos.

A Unip tem três cursos de MBA presenciais (Comércio Exterior - Negócio Internacional; em Comércio Exterior - Logística Internacional; Gestão Portuária) e dois no formato EAD (MBA em Comércio Exterior e em Marketing Internacional e Formação de Traders)



O setor portuário está em expansão e oferece oportunidades para os trabalhadores Foto: Arquivo/AT

Expansão

O setor portuário está em expansão e oferece oportunidades muito interessantes para os trabalhadores, segundo consultores de Recursos Humanos (RH) consultados por A Tribuna.

A professora universitária e diretora da Dpeople, Rita Zaher, exemplifica que a Santos Brasil inaugurou, na última semana, a extensão de seu

terminal e outros complexos locais estão seguindo o mesmo caminho ou já têm planos nesse sentido.

Ela cita que há vários cursos de graduação e pós-graduação de qualidade, inclusive no formato em EAD. “Além disso, o inglês para a área portuária é um diferencial que tem grande valor”, observa.

Na avaliação do especialista em RH do Grupo Sartori – Desenvolvimento Humano e Organizacional, Fábio Sartori, o setor portuário é um mercado com grandes possibilidades. Ele pontua que Santos tem o maior complexo dessa área no País. Por esse motivo, pessoas de outras regiões que querem fazer carreira no setor buscam oportunidades na Cidade.

O especialista ressalta que as maiores empresas do setor da região estão muito próximas das universidades. Por esse motivo, os talentos identificados na sala de aula podem ser indicados para as vagas de trabalho que podem surgir.

“Para quem está fazendo um curso de Logística, por exemplo, algo agregado à tecnologia vai ajudar muito a pessoa a ter uma carreira mais exponencial, porque conhecerá tanto a parte de operação quanto à de tecnologia. Essa combinação é um diferencial competitivo importante”, explica.

Salários

Segundo Rita, os salários no setor portuário são atrativos, principalmente para as áreas específicas, como as que envolvem tecnologia e comércio, mas, de uma forma geral, esses quesitos de remuneração variam de acordo com a empresa.

“De qualquer forma, esse segmento sempre é atrativo principalmente por ser muito específico. As pessoas que conhecem o Porto são valorizadas pela técnica que dominam”, destaca.

Sartori cita que um analista de logística ganha entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, enquanto alguém que está na coordenação desse setor pode faturar entre R\$ 8 mil e R\$ 11 mil.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/12/2021

GOVERNO FEDERAL PREVÊ EXPANSÃO DE FERROVIAS NO PORTO DE SANTOS

Estimativa de crescimento de 61% é um dos destaques do Plano Nacional de Logística

Por: Fernanda Balbino

Até 2035, a malha ferroviária brasileira deve crescer 61% em extensão. Já os portos terão um salto que pode variar entre 42% e 104% na movimentação de cargas, com destaque para os complexos do arco norte. Estes são destaques do Plano Nacional de Logística (PNL), apresentado ontem pelo Governo Federal. Agora, serão executados planos setoriais, como o portuário, que devem ficar prontos no ano que vem.



Um dos principais objetivos do PNL 2035 é a transformação da matriz de transporte do Brasil
Foto: Alexander Ferraz/AT

Participaram da apresentação dos dados o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias, Natália Marcassa, e o presidente da EPL, Arthur Luis. Também foram realizadas apresentações técnicas do diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Minfra, Tito Livio, e do gerente de Pesquisa e

Desenvolvimento Logístico da EPL, Leandro Silva.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, um dos principais objetivos do PNL 2035 é a transformação da matriz de transporte do Brasil, a fim de torná-la mais racional e sustentável. O planejamento identifica as principais necessidades e oportunidades para o sistema de transporte brasileiro, indicando alternativas que propiciem também a redução de custos e a melhoria do nível de serviços aumentando a eficiência do transporte de cargas do País.

Desestatização

Entre essas oportunidades identificadas para o desenvolvimento da rede de transportes nacional, estão a desestatização da Santos Port Authority (SPA), a empresa que administra o Porto de Santos.

A expectativa do governo é de que isto aconteça no ano que vem e que mais de R\$ 10 bilhões sejam investidos ao longo do período de concessão.

As desestatizações das administrações de outros portos, como de Salvador (BA), Aratu (BA) e de Itajaí (SC) também estão nessa lista. Além disso, foram apontadas obras para aumento da capacidade em diversos portos, entre eles, o de Santos.

Os estudos do PNL levaram em consideração investimentos em uma série de empreendimentos. No setor portuário, foram listados ainda arrendamentos, autorizações para Terminais de Uso Privado (TUPs), além de investimentos nas vias navegáveis, duplicações, pavimentação e intervenções na infraestrutura rodoviária federal e estaduais.

Cenários

O PNL 2035 apresenta nove cenários. Eles levam em consideração os investimentos em infraestrutura, o cenário macroeconômico, a legislação e os avanços em tecnologia.

Um desses cenários leva em conta o projeto BR do Mar, que foi aprovado pelo Senado na semana passada e retornou para apreciação na Câmara dos Deputados. Neste caso, o PNL aponta um aumento na movimentação de cargas na cabotagem e nas vias de navegação interior. Por outro lado, há a expectativa de uma maior necessidade de investimento nos complexos portuários para o atendimento da demanda.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/12/2021

PETROBRAS FARÁ INVESTIMENTOS EM PLATAFORMAS NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS

Ao todo, serão US\$ 6 bilhões nos próximos quatro anos para 15 plataformas no pré-sal, na região marítima de SP e RJ

Por: Júnior Batista

Plataforma P-70 da Petrobras, que já opera no campo de Anapu: nova unidade vem da China para área de Mero Foto: Divulgação/André Motta de Souza/Agência Petrobrás A Petrobras vai investir US\$ 6 bilhões até 2026 em ao menos 15 plataformas. Uma delas, Guanabara, começa a funcionar no próximo trimestre, no Campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos, na região entre os litorais norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

Segundo a estatal, 59% do valor será gasto nas plataformas (as do tipo FPSO são navios adaptados que extraem, armazenam e transportam petróleo), 22% nos sistemas submarinos de interligação de poços e 19% na construção dos poços. Os dados são do plano estratégico da empresa para o período de 2022 a 2026.

Outras dez embarcações também serão instaladas neste período na Bacia de Santos. São elas: FPSO Almirante Barroso (no campo de Búzios 5), o P-71 (Itapu), FPSO Sepetiba (Mero 2), FPSO Almirante Tamandaré (Búzios 6), FPSO Marechal Duque de Caxias (Mero 3), P-78 (Búzios 7), FPSO Alexandre de Gusmão (Mero 4), P-79 (Búzios 8), P-80 (Búzios 9) e P-82 (Búzios 10).

O FPSO Guanabara está pronto e vindo da China, com capacidade de processamento de 180 mil barris de óleo por dia. O navioplataforma também é capaz de gerar 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia e 225 mil barris de injeção de água, com capacidade de armazenamento de 1,4 milhão de barris de petróleo bruto, segundo a estatal.

O campo de Mero é o terceiro maior do pré-sal e pertence ao bloco de Libra. Ele é operado em consórcio formado pela Petrobras (40%), Shell (20%), a francesa Total (20%) e as chinesas CNOOC (10%), CNOOC (10%).

Este FPSO deveria ter começado a funcionar no fim deste ano, no entanto, por conta da pandemia, houve atraso no cronograma, segundo a Petrobras.

Outros contratos

Na última segunda-feira, a petrolífera estatal assinou o contrato com a SBM Offshore para afretamento e prestação de serviços do FPSO Alexandre de Gusmão, que vai ser instalado na Mero 4. Essa unidade deve começar a produzir em 2025.

O navio-plataforma ficará a 160 Km de Arraial do Cabo, no litoral do Rio de Janeiro, e terá capacidade de processamento de 180 mil barris de óleo e 12 milhões de m³ de gás por dia. Os contratos terão duração de 22 anos e 6 meses.

O projeto prevê a interligação de 15 poços ao FPSO, sendo oito produtores de óleo, seis injetores de água e gás, um poço conversível de produtor para injetor de gás, por meio de uma infraestrutura submarina composta por dutos rígidos de produção e injeção e dutos flexíveis de serviços. Até o momento, o projeto teve quatro poços perfurados e dois completados.

Depois da unidade Guanabara, a primeira, a previsão é que as produções sigam por Mero 2 (FPSO Sepetiba), em 2023, e Mero 3 (FPSO Marechal Duque de Caxias), em 2024.

Guarujá

No ano passado, uma área de 668 mil metros quadrados no Complexo Industrial Naval de Guarujá (Cing) foi posta à disposição de empresas de petróleo e gás pela Prefeitura, com

expectativa de gerar até 3 mil empregos indiretos. Entretanto, até o momento, a legislação para servir de atrativo para investimentos não foi concluída. Segundo a prefeitura, a intenção é que a região do Cing seja uma das atendidas para facilitar a instalação de novas empresas na Cidade. “Essa nova legislação criará uma segurança jurídica e atrairá novos investimentos. Os benefícios para as empresas vão variar de acordo com os investimentos realizados por elas e a quantidade de empregos que serão gerados”, disse a prefeitura da cidade, em nota, afirmando, ainda, que há contatos com empresas que de óleo e gás que já possuem contratos com a Petrobras.

Norueguesa e australiana também miram pré-sal

Com a decisão da Petrobras de centrar seus investimentos em campos mais produtivos, mais petroleiros passaram a investir na parte paulista da Bacia de Santos. Uma delas é a norueguesa Equinor, que prevê mais de US\$ 8 bilhões em investimentos, junto de parceiros, nos campos de Bacalhau e Norte de Bacalhau, na Bacia de Santos.

A australiana Karoon, que atua no campo de Baúna, pretende investir US\$ 300 milhões em intervenções na produção desse bloco ao longo de 2022. Já a britânica BP ainda faz análises em seus blocos e não informou valores envolvidos a A Tribuna.

A Equinor vai começar perfuração da primeira fase do projeto nos dois campos a partir do segundo trimestre do ano que vem. O primeiro óleo, porém, está previsto para 2024.

A expectativa é de reserva de 2 bilhões de barris. Descoberto em 2012 e adquirido pela Equinor em 2016, Bacalhau, segundo a empresa, tem um reservatório de petróleo de excelente qualidade e gás associado, tornando-se “uma das maiores descobertas de petróleo da última década no Brasil”.

De acordo com a petrolífera norueguesa, Bacalhau poderá gerar empregos no Estado de São Paulo por seu “efeito cascata na cadeia de fornecedores local”. “As oportunidades de emprego locais também serão uma forma de criação de valor para o Brasil”, diz a empresa.

A australiana Karoon informou que está planejando intervenções para melhorar a produção dos poços existentes no campo de Baúna, assim como investe no desenvolvimento do óleo de Patola, no sul da Bacia de Santos, que deve ter início no ano que vem. Essa intervenção é para dobrar a produção da área até 2023, chegando a 30 mil barris por dia.

Atualmente, a maior parte da equipe da Karon atua no Rio de Janeiro e em Itajaí (SC). A petrolífera pagou US\$ 380 milhões pelo campo de Baúna à Petrobras.

A britânica BP, que também possui um bloco na área da Bacia de Santos, o S-M-1500, informou que segue fazendo estudos de subsuperfície no local. Segundo a empresa, o bloco segue em fase de exploração, que é quando a empresa que adquire um bloco faz avaliações para descobrir as jazidas de petróleo ou gás natural.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 06/12/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ E MPT CELEBRAM COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS PORTOS ORGANIZADOS

Acordo prevê intercâmbio de dados, informações, conhecimento, sistemas e tecnologias



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinaram, na quinta-feira (2), em Brasília (DF), um acordo de cooperação técnica visando ao intercâmbio de dados, informações, conhecimento, sistemas e tecnologias voltados a promover melhorias nas condições gerais de trabalho nos Portos Organizados, terminais portuários e na prestação de serviços de transporte aquaviário.

Para diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, esse acordo reúne uma série de ações que serão compartilhadas pela Agência e pelo MPT. "São instituições que estão com o propósito comum de melhorar as condições e os interesses do trabalhador, do cidadão, dar eficiência ao setor portuário e trazer benefícios para a sociedade", ressaltou Nery.

Além disso, o convênio se coloca em sintonia com o ideal de sustentabilidade, de boas práticas trabalhistas, sociais e de governança corporativa, que hoje são preconizadas em todo o mundo.

De acordo com o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, o intercâmbio de conhecimento e experiências vai fortalecer a atuação da instituição, que busca prover melhores condições de trabalho no setor portuário e aquaviário. "O acordo representa um olhar proativo na defesa dos direitos dos trabalhadores portuários e aquaviários e a assinatura é só começo. Daqui para frente há muito trabalho a ser feito", pontuou.

A solenidade de assinatura foi realizada na sede do MPT e contou com as presenças do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e do ministro procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira. O evento também contou com a presença do superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da ANTAQ, José Renato Ribas Fialho, do chefe da Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais da agência, Joelson Neves Miranda, e da coordenadora nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário do MPT, Flávia Bauler.

Cooperação Técnica

O acordo de cooperação técnica ANTAQ/MPT terá abrangência nacional e regional e terá prazo de vigência de 48 meses a partir da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante celebração de aditivo.

O Plano de Ação do Acordo traz as seguintes ações específicas: intercâmbio de dados e informações técnicas; capacitação de membros e servidores; definição de estratégias e a realização de ações conjuntas de interesse dos partícipes; apoio na divulgação de campanhas de combate a situações ilegais; e diagnóstico das atividades correlatas ao MPT e a ANTAQ.

Os principais resultados esperados são: institucionalização e definição de fluxos para troca de dados relacionados aos serviços portuários, transporte aquaviário e direito do trabalhador portuário; realização de diagnóstico para identificar regulamentação e processos de fiscalização relacionados ao trabalho nos portos e no transporte aquaviário; discutir propostas normativas que tenham impacto para os trabalhadores do setor; realizar cursos interdisciplinares relacionados à difusão de informações técnicas e possibilidades de ações conjuntas; e promover iniciativas visando à erradicação dos casos de escarpelamento em embarcações, que vitimizam, sobretudo, mulheres e crianças na região Norte do país.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/12/2021

ANTAQ E AUTORIDADE MARÍTIMA DINAMARQUESA REALIZAM WEBINAR PARA AMPLIAR COOPERAÇÃO MARÍTIMA

O webinar foi o primeiro evento bilateral após a renovação, em maio deste ano, do Memorando de Entendimento assinado entre as duas instituições

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Autoridade Marítima Dinamarquesa (Danish Maritime Authority – DMA) realizaram, na quinta-feira (2), o seminário virtual Cooperação Marítima ANTAQ-DMA: Tendências e Perspectivas. Durante o encontro, foram discutidas iniciativas nacionais concernentes ao setor de transporte marítimo e possibilidades futuras de cooperação. Os temas abordados tiveram como foco principal as ações e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável do setor.



Eduardo Nery destacou o tema da sustentabilidade na agenda de cooperação técnica ANTAQ/DMA

O webinar contou com a presença de autoridades das duas instituições, incluindo o diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, o superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade, José Renato Fialho, o chefe da Assessoria de Relações Internacionais, Alexandre Dal Fior, a diretora-geral adjunta da DMA, Rikke Wetter

Olufsen, e o embaixador da Dinamarca, Nicolai Prytz.

Em sua fala inicial, Rikke afirmou que o seminário é uma ótima oportunidade para que as duas instituições aprofundem o conhecimento mútuo, ressaltando que a iniciativa é uma etapa importante para a realização de ações conjuntas, em linha com o Memorando de Entendimento firmado. A diretora afirmou ainda que as discussões iniciadas no webinar poderão ser aprofundadas no encontro técnico que a ANTAQ terá com a autoridade marítima, em janeiro de 2022, na Dinamarca.

O diretor-geral da ANTAQ também classificou o encontro como uma excelente oportunidade para as duas instituições conhecerem melhor as ações que desenvolvem e traçarem um plano de trabalho conjunto. “Esta é uma boa oportunidade para estreitarmos a aproximação entre as áreas técnicas dos dois países e melhorar nossas ferramentas de cooperação sobre temas como, por exemplo, a sustentabilidade portuária”, disse Nery.

O diretor da Agência também falou sobre suas expectativas em relação ao encontro bilateral, programado para janeiro de 2022. “Esse foi um dos pontos centrais das discussões do webinar de hoje. Espero que no nosso próximo encontro presencial já tenhamos uma meta definida, e que possamos alcançar os benefícios esperados pelas duas instituições”, salientou.

Além do panorama geral das políticas e iniciativas marítimas nacionais apresentado pelo diretor da ANTAQ e pela diretora da DMA, o evento constou dos seguintes painéis e discussões: “Missão de transporte com emissão zero”; “Painel de Sustentabilidade”; e “Discussão de futuras reuniões e possíveis projetos de cooperação”.

Memorando de Entendimento

Em maio deste ano, ANTAQ e DMA renovaram o Memorando de Entendimento ([link: https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-aquaviaria-internacional-1/copy_of_cooperacao-antag-brasil-e-caf-america-latina](https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-aquaviaria-internacional-1/copy_of_cooperacao-antag-brasil-e-caf-america-latina)), formalizado em abril de 2015, estando vigente até abril de 2024.

Em 2015, as duas agências formalizaram interesse em promover maior cooperação marítima por meio de troca de informações e experiências relacionadas às suas respectivas políticas, programas de estudo e pesquisa, cursos, seminários e outras atividades.

A DMA é uma agência governamental da Dinamarca, parte integrante do Ministério da Indústria, Negócios e Assuntos Financeiros, estabelecida em 1988 com o objetivo de regular os assuntos marítimos do país.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 03/12/2021

ANTAQ RECEBE PRÊMIO POR MELHOR GESTÃO DE CUSTOS ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS

A premiação é baseada no Relatório Foco em Custos de 2020, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) recebeu o prêmio de melhor “Desempenho de Custos” entre as agências reguladoras federais, segundo o Relatório Foco em Custos de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional. A premiação ocorreu durante o XI Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, realizado nesta quinta-feira (2) por videoconferência.

A premiação levou em conta quesitos de personalização, regularidade, dispersão e economicidade na gestão de recursos. Nesse último quesito, a ANTAQ ganhou 2 mil pontos e, na pontuação geral, 6.929 pontos. O segundo lugar do ranking ficou com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com 6.457 pontos no total, e na terceira posição a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com 6.351 pontos.

A ANTAQ foi representada na premiação pela gerente de Orçamento e Finanças, Lucimar Belo, que agradeceu a distinção. “Esse prêmio nos deixa muito orgulhosos e nos motiva a continuar melhorando nossa gestão”, disse.

Além da ANTAQ, ANS e Anvisa, participaram da avaliação entre as agências reguladoras a Anatel (telecomunicações), ANP (petróleo, gás natural e biocombustíveis), ANA (águas e saneamento básico), ANM (mineração), ANTT (transportes terrestres), Anac (aviação civil), Ancine (cinema) e Aneel (energia elétrica).

Outros órgãos que receberam o prêmio foram o Comando da Aeronáutica (Comaer), entre as setoriais de custos; a Universidade Federal de Sergipe (UFS), entre as universidades federais; e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no grupo das empresas estatais dependentes.

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1ª	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	ANTAQ	2,236	2,000	0,693	2,000	6,929
2ª	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	ANS	2,457	2,000	0,923	1,077	6,457
3ª	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ANVISA	2,836	2,000	0,606	0,910	6,351
4ª	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	ANATEL	2,733	2,000	0,872	0,533	6,138
5ª	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO; GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP	2,502	2,000	0,400	0,579	5,481
6ª	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	ANA	2,864	1,944	-0,435	0,603	4,977
7ª	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	ANM	1,944	2,000	0,887	0,000	4,832
8ª	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	ANTT	1,083	2,000	0,659	0,885	4,627
8ª	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	ANAC	0,949	2,000	0,971	0,707	4,627
9ª	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	ANCINE	1,125	1,833	0,472	1,130	4,561
10ª	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	ANEEL	0,090	1,926	0,808	0,687	3,511

Governança e Gestão Pública

Recentemente, a ANTAQ alcançou o segundo lugar no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG21) do Tribunal de Contas da União (TCU) entre as agências reguladoras, e o 37º lugar, no ranking geral da administração direta e indireta federal.

Na avaliação feita pela Corte de Contas, a Agência conseguiu 74,8% no IGG21, numa escala de 0 (0%) a 1 (100%), avançando mais de 120 posições entre o relatório de 2018 e o de 2021.

Saiba mais aqui: ANTAQ avança 120 posições no ranking do Índice de Governança do TCU ([link: https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/antag-avanca-120-posicoes-no-ranking-do-indice-de-governanca-do-tcu](https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/antag-avanca-120-posicoes-no-ranking-do-indice-de-governanca-do-tcu)).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 06/12/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

CAP DELIBERATIVO É A VOZ DA COMUNIDADE PORTUÁRIA

Editor Portogente

O nível de serviço oferecido ao cliente é o negócio do negócio (Anônimo)



Porto de Suape

Com certeza, não foram inspirações republicanas que transformaram, sob a égide da Lei 12.815/13, o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) num órgão consultivo da administração do porto (Art. 20) e, assim, perder a sua função deliberativa, anteriormente instituída pela Lei 8.630/93 (revogada). Tampouco, o programa de desestatização dos portos, do ministério da Infraestrutura - Minfra, percebeu a importância dessa questão para o comércio brasileiro.

O presidente da Associação de Terminais Portuarios - ATP, Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, conhece porto e o assunto CAP com proeminência. Por isso, defende este órgão consultivo com conselheiros deliberativos. Um posicionamento adotado nos principais portos do mundo e que tem o alinhamento de outras vozes portuárias relevantes no Brasil. Um resgate imperativo, para otimizar a produtividade do porto.

Qual a posição do Minfra sobre esse modelo impotente dos CAPs vigente e que oblitera uma proposta democrática na inovação do papel do Estado nos portos? A função desses órgãos, de apenas sugerir, faz assemelhar tão importante entidade a uma sala de chá da tarde. O que pensam sobre o modelo de CAP os candidatos a Presidente da República? Um debate para ser chamado de luz do sol nos programas para os portos do próximo governo do País.

O compromisso do atual governo na sua campanha exitosa era alçar os portos brasileiros ao patamar dos portos asiáticos. Hoje, quase no final desse prazo, o que se assiste é totalmente adverso. Entretanto, o produto brasileiro compõe seus preços incluindo os custos dos nossos

portos, para competir com os que passam pelos portos asiáticos. Razão porque os portos modernos devem ser tratados como um centro de excelência portuária.

CAP deliberativo é visão do Portogente e tema do webinar, no próximo dia 16. Uma sala onde também acontecerão, a partir de janeiro/22, o debate dos programas para os portos dos candidatos a Presidente da República. Uma apresentação crucial para expor um compromisso com a produtividade dos portos e a competitividade das exportações brasileiras.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 06/12/2021

PLATAFORMA POSSUI MAIS DE 800 VAGAS DE EMPREGO

Assessoria de Comunicação

Oportunidades são para desenvolvedores de software e cientistas de dados com salários que variam entre R\$ 1,5 mil e R\$ 26 mil

A GeekHunter, plataforma de recrutamento especializada na contratação de profissionais de tecnologia, está com mais de 800 oportunidades de emprego para pessoas desenvolvedoras de software e cientistas de dados. As vagas são para empresas como Ame Digital, Accenture, Grupo FCamara, IBM, Locaweb, Stefanini, Zup Innovation, entre outras, e também há vagas para companhias do exterior, com salários que começam em R\$ 1,5 mil e podem chegar a R\$ 26 mil, dependendo do cargo e experiência do candidato.



Além disso, mais de 90% das oportunidades aceitam o trabalho remoto, o que é, inclusive, uma grande preferência entre os programadores. Segundo levantamento feito pela plataforma, mais de 78% dos profissionais que atuam na área de TI preferem manter a modalidade mesmo após o fim da pandemia. "A contratação deixou de ser local e passou a ser global e o modelo remoto amplia as chances de encontrar bons profissionais independentemente do local de atuação. Por isso, vimos um intenso movimento das empresas na

abertura de vagas nesta modalidade", analisa Tomás Ferrari, CEO e fundador da GeekHunter.

Na plataforma, a maioria das oportunidades são para pessoas desenvolvedoras full stack, back-end e front-end. Já as tecnologias e linguagens mais demandadas são Java, React, Node.js, JavaScript, Python, C#, .NET e PHP. Há também diversas vagas para programadores mobile, cientistas e engenheiros de dados, analistas de Data Analytics e de Business Intelligence (BI). Os salários variam entre R\$ 1,5 mil e R\$ 26 mil e há modalidades de contratação PJ e CLT. Atualmente, são mais de 800 vagas abertas de mais de 300 empresas ativas na plataforma.

Como encontrar essas oportunidades

Para ter acesso às vagas, o profissional precisa se cadastrar na plataforma da GeekHunter de forma gratuita no link <https://www.geekhunter.com.br/criar-perfil-gratis>. Após ter o perfil aprovado, o candidato pode demonstrar interesse pelas oportunidades. No entanto, o processo de seleção também ocorre de forma invertida, ou seja, o candidato se cadastra uma única vez e o seu perfil fica disponível para a avaliação das empresas, que podem entrar em contato para entrevistas. Atualmente, a GeekHunter possui mais de 10 mil empresas cadastradas que buscam novos profissionais de TI no mercado.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 06/12/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CHINA AUMENTA EMBARQUES DE SOJA BRASILEIRA APÓS QUEDA DE PREÇO

Informação: Informativo dos portos (6 de dezembro de 2021)

Importadores chineses compraram um pequeno número de carregamentos de soja na quarta-feira para embarque em dezembro e janeiro da Costa do Golfo dos EUA e de portos brasileiros, disseram analistas e um trader de exportação.

As compras de cerca de três a quatro carregamentos, ou até cerca de 240.000 toneladas, ocorreram após uma queda acentuada nos preços na terça-feira, com recuo de quase 2% no mercado futuro de soja de Chicago.

Os importadores da China, o maior comprador mundial de soja, registraram mais embarques de soja brasileira do que o normal este ano durante a tradicional temporada de exportação dos EUA, em meio à alta nos preços dos EUA e um dólar mais forte.

As compras confirmadas de soja dos EUA pela China na safra deste ano totalizaram cerca de 19,7 milhões de toneladas até 18 de novembro, de acordo com os últimos dados do Departamento de Agricultura dos EUA, em comparação com quase 29,2 milhões de toneladas no mesmo ponto no ano passado.

“Com a queda (nos preços) que tivemos, eles estão procurando garantir mais soja. Seu esmagamento é lucrativo”, disse Don Roose, presidente da U.S. Commodities em West Des Moines, Iowa.

“Eles estão comprando da América do Sul e dos Estados Unidos, mas nossa janela de vendas está fechando, então temos que nos ocupar. Em fevereiro, não seremos mais o principal exportador. Começa a mudar bastante para a América do Sul”, disse ele.

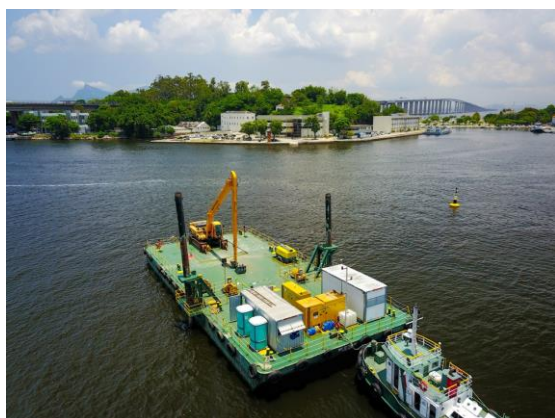
A China tem cerca de 85% de suas compras estimadas de soja em dezembro reservadas, junto com cerca de metade de suas necessidades de janeiro, disse um trader de exportação dos EUA.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/12/2021

10 TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO MERCADO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Informação: Informativo dos portos (6 de dezembro de 2021)



A gestão de portos e hidrovias são essenciais para a logística de transportes nacional. Segundo Boletim Aquaviário do primeiro trimestre de 2021, os portos públicos e privados movimentaram 280 milhões de toneladas nos três primeiros meses do ano, o que representa um avanço expressivo de 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado, com os portos públicos apresentando um crescimento de 9,71% e os portos privados de 11,75%.

O potencial de crescimento do transporte aquaviário é enorme. Estudo da CNT (Confederação Nacional do Transporte) divulgado em 2019 aponta que o Brasil utiliza comercialmente, para transporte de cargas e passageiros, só 30,9% dos 63 mil quilômetros

de rios com potencial de navegação. O frete de mercadorias levadas por rios pode ser até 60% mais barato do que se fossem levadas por caminhões.

A Allonda, analisando todo o potencial de crescimento do mercado de Portos e Hidrovias, produziu um infográfico exclusivo que está disponível para download:

10 tendências e inovações sustentáveis do mercado portuário e hidroviário para os próximos anos!

https://materiais.allonda.com/infografico-10-tendencias-e-inovacoes-sustentaveis-do-mercado-portuario-e-hidroviario?utm_source=informativosdosportos&utm_medium=content&utm_campaign=portosehidrovias_novembro&utm_content=infografico-tendencias-portos-hidrovias

Sobre a Allonda:

Transformar a engenharia através da sustentabilidade. Esse é o propósito da Allonda, empresa que há mais de 20 anos atende o setor industrial e de infraestrutura, acumulando centenas de entregas relevantes no Brasil e América Latina. Com equipe própria de especialistas, a Allonda projeta, implanta e gerencia soluções focadas em economia circular, tanto para água quanto para resíduos, assim como em projetos de emergências ambientais, remediação e compensação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/12/2021

SPA É A PRIMEIRA COLOCADA ENTRE ESTATAIS VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Informação: Santa portal - Porto & Negócio (3 de dezembro de 2021)



Foto por: Edu Andrade/Ministério da Economia

A Santos Port Authority (SPA), empresa responsável pela infraestrutura pública do Porto de Santos, recebeu do Ministério da Economia a nota 9,034 no 5º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança IG-Sest, a maior que a Companhia já obteve desde o primeiro ciclo. O indicador é elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). A cerimônia de certificação ocorreu nesta terça-feira (30) em Brasília.

Essa pontuação representa o melhor desempenho dentre as estatais portuárias (companhias docas) e, no benchmarking setorial. A maior pontuação dentre todas as empresas estatais vinculadas ao Ministério da Infraestrutura (Minfra), neste 5º ciclo de avaliação.

Representando a Companhia na premiação, o diretor de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stupello ressaltou a melhor nota obtida pela empresa desde o início de aferição do índice, em 2017: “O resultado espelha o compromisso da gestão na construção de uma cultura empresarial pautada nas melhores práticas de governança e integridade. Nosso objetivo é atingir a pontuação máxima do indicador”, disse Stupello.

Neste quinto ciclo, entre 158 estatais da união, 60 empresas estatais foram avaliadas buscando a certificação, sendo que destas, apenas 31 foram certificadas. A SPA foi a primeira colocada no nível 2, subindo da nota 8,53 em 2019 para os 9,034 em 2021. Cabe ressaltar que em 2020, devido à pandemia, o índice não foi verificado.



Para a Superintendente de Governança, Riscos e Compliance, Verena Sturaro, o prêmio ratifica a efetividade do sistema de governança da SPA, que vem sendo reestruturado desde 2019. Com grande engajamento e contribuição de todos os integrantes da empresa, desde a alta administração ao corpo técnico.

Avaliação

Segundo o Ministério da Economia, a avaliação levou em conta aspectos de governança, transparência, gerenciamento de riscos e controles. As empresas responderam a um questionário com 50 questões. Entre os itens analisados estão, por exemplo, relatórios anuais de atividades de auditoria interna; ouvidoria ou canal de denúncia; código de conduta e integridade, e até mesmo quesitos como acesso feminino a cargos de liderança e promoção hierárquica que contemple a diversidade e a pluralidade.

O 5º ciclo foi aprimorado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), passando a incorporar, além de parte dos aspectos já avaliados nos ciclos anteriores, recomendações e diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Oce), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Ibgc).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/12/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BRASIL BUSCA MAIOR FATIA EM MERCADO DE ALIMENTOS HALAL DE MAIS DE US\$1 TRI

(Reportagem de Ana Mano)

SÃO PAULO (Reuters) – O Brasil busca negociar novos acordos comerciais que permitiriam diversificar os produtos agrícolas exportados para países islâmicos para além de itens como açúcar bruto, milho e carne de frango, disse um representante do governo brasileiro durante evento nesta segunda-feira.

Falando na conferência de negócios Global Halal Brazil em São Paulo, o secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais, Flávio Bettarello, disse que o Brasil, como membro do bloco comercial do Mercosul, está em negociações com Indonésia, Líbano e Marrocos para expandir o acesso a esses mercados.

“Há uma preocupação em relação aos tipos de produtos exportados e aos destinos”, disse Bettarello.

A Organização de Cooperação Islâmica (OIC, na sigla em inglês), que reúne 57 membros, importou 190,5 bilhões de dólares em alimentos como trigo, milho, açúcar, arroz, leite e laticínios em 2020, segundo dados da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Desse total, o Brasil é responsável por 14,1 bilhões de dólares, mostraram os dados.

Bettarello disse que cerca de metade das exportações do Brasil para os países da OIC vai para apenas cinco nações. Ele citou Turquia, Irã, Indonésia, Arábia Saudita e Bangladesh como os maiores importadores do grupo.

Ele disse que o Brasil continuará buscando acessar novos mercados e diversificar os produtos vendidos, e citou os benefícios de um recente acordo comercial com o Egito.



A mudança reflete o desejo do Brasil de ter uma participação maior no comércio global de alimentos.

O país já é o maior exportador e produtor mundial de carnes halal, incluindo carne bovina e de frango, que são produzidas de acordo com preceitos muçulmanos.

Os muçulmanos gastaram cerca de 1,17 trilhão de dólares para comprar alimentos em 2019, de acordo com o relatório amplamente citado, State of the Global Islamic Economy Report. Em 2024, os muçulmanos deverão gastar 1,38 trilhão de dólares para comprar alimentos, de acordo com o relatório.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/12/2021

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,075 BI NA 1ª SEMANA DE DEZEMBRO

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,075 bilhão na primeira semana de dezembro (dias 1º a 5). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 6, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,036 bilhões e importações de US\$ 2,961 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit da balança comercial é US\$ 58,135 bilhões. O valor representa uma alta de 25,4% pela média diária, na comparação com o mesmo período no ano passado.

As exportações registraram alta de 35,1% na média diária entre janeiro e a primeira semana de dezembro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, somando US\$ 260,065 bilhões. Já as importações nesse período cresceram 38,2% e totalizaram US\$ 201,930 bilhões.

Para o mês de dezembro, até a primeira semana, a alta nas exportações foi de 60,4% em relação ao mesmo período de 2020 na média diária, com crescimento de 37,1% na Agropecuária, de 77,4% na Indústria Extrativa, e de 57,8% na Indústria de Transformação.

Já a média diária de importações cresceu 37,9% no período, com alta de 1,1% na Agropecuária, alta de 408,2% na Indústria Extrativa, e aumento de 25,9% na Indústria de Transformação.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/12/2021

EQUIPE ECONÔMICA CONSEGUIU DOMAR PRINCIPAIS GASTOS PÚBLICOS, REPETE GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, repetiu nesta segunda-feira, 6, a avaliação de que a equipe econômica atual teria conseguido domar os principais gastos públicos. “Derrubamos e recontrolamos a trajetória de gastos com previdência, juros, salários do funcionalismo e finalmente essa jabuticaba brasileira, que são os precatórios”, afirmou na cerimônia do Prêmio Tesouro Nacional 2021.

Em rápido discurso na abertura do evento, Guedes voltou a citar a redução do rombo primário em 2021.

“O País tinha um déficit de 2% do PIB quando nós chegamos, reduzimos para 1% em 2019, fomos a 10,5% do PIB em meio à pandemia, esse ano volta a 1% e ano que vem está previsto em 0,5%”, reafirmou o ministro da Economia.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/12/2021

SE LIRA QUISER, PODE TUDO, DIZ LÍDER DO NOVO, SOBRE PEC DOS PRECATÓRIOS

O líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ), afirma que não tem sentido fatiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e aprovar as mudanças feitas pelo Senado apenas em 2022. “Se o (Arthur) Lira quiser, pode tudo”, diz o deputado ao Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), ao ser questionado se há tempo hábil para votar as alterações no plenário da Casa ainda este ano.

“Eu entendo que boa parte tem que voltar para a Câmara e tramitar como nova PEC. O que daria para promulgar são aspectos marginais da PEC, como o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios”, frisa Ganime.

A PEC, que abre um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões no teto de gastos no ano que vem, foi aprovada no Senado na semana passada, mas, como sofreu alterações, deve voltar para análise da Câmara.

No entanto, há um impasse em torno dos próximos passos da proposta. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), propôs que o Congresso promulgue agora apenas o texto comum aprovado pelas duas Casas, que inclui a mudança no cálculo do teto de gastos e abre espaço fiscal de R\$ 62,2 bilhões. Dessa forma, as mudanças feitas pelo Senado na PEC, como o limite no pagamento dos precatórios até 2026, que abre uma folga de R\$ 43,8 bilhões, seriam analisadas pelos deputados apenas em 2022.

Lira argumenta que não há tempo hábil antes do recesso parlamentar para levar as modificações no texto ao plenário da Câmara. Segundo o presidente da Casa, as mudanças teriam de passar antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por uma comissão especial. No entanto, senadores resistem a aceitar essa solução e devem se reunir virtualmente com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), hoje para discutir o assunto.

Paulo Ganime ressaltava que o principal objetivo da proposta, a abertura de espaço no teto de gastos, foi vinculado no Senado à utilização dos recursos para fins como a assistência social, por meio do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família. Os senadores também definiram que o subteto dos precatórios deve valer apenas até 2026, e não até 2036 como havia passado na Câmara.

“Não tem como tirar a destinação de recursos e apenas aprovar a abertura de espaço como querem os líderes da Câmara. Isso seria subverter a deliberação de boa parte dos votos no Senado. E alguns senadores deixaram isso claro na orientação como Simone Tebet, Alessandro Vieira e José Aníbal”, argumenta Paulo Ganime.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/12/2021

MONEY TIMES

MONEYTIMES

PACHECO E LIRA REÚNEM-SE COM LÍDERES PARA DISCUTIR FATIAMENTO DE PEC DOS PRECATÓRIOS

Por Reuters

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), irão se reunir na tarde desta segunda-feira com líderes de bancada para discutir a promulgação de partes da PEC dos Precatórios, o chamado “fatiamento”, informou a assessoria da presidência da Câmara.



Na última semana, Lira já reconhecia que não haverá tempo hábil ainda neste ano para a análise na Câmara da parte pendente (Imagem: REUTERS/Ueslei Marcelino)

Segundo uma fonte que acompanha as negociações, parlamentares estão perto de um acordo para essa promulgação fatiada, em sessão do Congresso Nacional ainda sem data, na tentativa de possibilitar o

pagamento do Auxílio Brasil ainda neste ano. As resistências de senadores à promulgação parcelada estaria sendo vencida, de acordo com essa fonte.

A Proposta da Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios altera as regras do pagamento dos precatórios, dívidas do governo cujo pagamento foi determinado pela Justiça, e modifica o prazo de correção do teto de gastos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medidas adotadas de forma a abrir um espaço fiscal de mais de 100 bilhões de reais, de forma a possibilitar o pagamento do novo programa social.

Já analisada pelas duas Casas do Congresso, a PEC foi bastante modificada em sua tramitação no Senado.

Pelas regras regimentais e constitucionais, só pode ser promulgado o conteúdo em que as duas Casas do Congresso concordam. Por isso mesmo, após a aprovação no Senado, ela foi devolvida à Câmara.

O fatiamento de PECs é um instrumento a que parlamentares frequentemente recorrem. Nesse caso, os dispositivos em que há divergência teriam que passar novamente por todo o trâmite na Câmara: Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e comissão especial, antes de dois turnos de votação em plenário.

Na última semana, Lira já reconhecia que não haverá tempo hábil ainda neste ano para a análise na Câmara da parte pendente. Podem entrar na lista de temas a serem deixados para depois as alterações promovidas pelo relator da proposta no Senado, o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O senador mudou o conteúdo da PEC para determinar, por exemplo, que o auxílio terá caráter permanente e retirou do texto medidas relacionadas à securitização de dívidas tributárias, tema que não contava com consenso na Casa.

Inseriu, por outro lado, dispositivos que vinculam o espaço fiscal a ser aberto com a mudança na regra de quitação dos precatórios à ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza, saúde, Previdência e assistência social.

“Outra sugestão que acolhemos... é a de reduzir o tempo em que o sublimite para precatórios vigorará. Em vez de vigorar por todo o tempo do Novo Regime Fiscal, ou seja, até 2036, o sublimite irá até 2026, dando tempo suficiente para o Poder Executivo melhor acompanhar o processo de apuração e formação dos precatórios e seus riscos fiscais, mas sem criar um passivo de ainda mais difícil execução orçamentária”, disse o relator no parecer aprovado pelo Senado.

Fonte: MoneyTimes
Data: 06/12/2021

GOVERNO FEDERAL FECHARÁ 2021 COM DÉFICIT PRIMÁRIO DE 1% DO PIB, DIZ GUEDES
Por Reuters



É o fiscal que dirige todo o processo. Nós derrubamos e controlamos a trajetória futura dos gastos com Previdência, os juros, os gastos com salários do funcionalismo (Imagem: Reuters/Adriano Machado)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira que o déficit primário do governo federal deve ficar em 1% do Produto Interno Bruto (PIB) no encerramento deste ano e em 0,5% do PIB em 2022, o que representa uma recuperação na trajetória das contas públicas após déficit de 10,5% do PIB em 2020.

Em apresentação durante o prêmio anual do Tesouro Nacional, o ministro disse que a atuação da equipe econômica tem foco na área fiscal.

“É o fiscal que dirige todo o processo. Nós derrubamos e controlamos a trajetória futura dos gastos com Previdência, os juros, os gastos com salários do funcionalismo, que estavam fora de controle, e, finalmente, essa jabuticaba brasileira, que foram os precatórios”, disse.

De acordo com o ministro, o descontrole das trajetórias futuras de gastos do governo tem relação com problemas que o país já enfrentou, como hiperinflação, elevação da dívida pública, juros altos, aumento de impostos, baixo crescimento e corrupção.

Fonte: MoneyTimes

Data: 06/12/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

FURNAS INAUGURA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE PARA PESQUISAS EM GOIÁS

Projeto de P&D vai testar possibilidades de armazenamento de energia renovável

Por epbr - 6 de dezembro de 2021 - Em Solar, Transição energética



Objetivo é estudar armazenamento a partir da produção do combustível renovável

Furnas, subsidiária da Eletrobras, vai inaugurar na quarta (8), na usina hidrelétrica (UHE) de Itumbiara, em Goiás, sua primeira planta para produção de hidrogênio verde, parte de um projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O objetivo, segundo a empresa, é estudar o armazenamento e a inserção de energia no

Sistema Interligado Nacional (SIN), a partir da produção do combustível renovável.

O investimento no projeto de pesquisa é de quase R\$ 45 milhões, diz.

A planta faz parte do projeto de pesquisa com aportes aprovados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A meta é o “desenvolvimento de sinergia entre as fontes hidrelétrica e solar com armazenamento de energias sazonais e intermitentes em sistemas a hidrogênio e eletroquímico”.

Como será a produção de hidrogênio verde UHE Itumbiara

Uma das rotas para produção de hidrogênio é a eletrólise da água (H₂O), em que é feita a separação das moléculas do gás para combustível (H₂) e do oxigênio (O).

Para ser considerado verde o hidrogênio, a fonte de energia para a eletrólise precisa ser renovável, por exemplo a solar fotovoltaica ou a eólica.



Transformação do hidrogênio em energia elétrica

Na UHE Itumbiara, Furnas instalou painéis solares fotovoltaicos em terra e sobre estruturas flutuantes, no reservatório da usina, com um total de 1 MW de potência máxima (200 kw nos painéis flutuantes).

A energia será usada em eletrolisador para fabricação de hidrogênio que ficará armazenado no local, para uso em células a combustível, capazes de converter a energia armazenada na forma do gás de volta em eletricidade.

Mais do que a viabilidade de geração de hidrogênio — uma tecnologia dominada — o projeto estuda formas de armazenar e despachar energia para atender a demanda do sistema elétrico, que muda ao longo do dia.

Em geral, essa capacidade de energia despachável para o SIN está distribuída, no Brasil, nas grandes usinas hidrelétricas com reservatórios e na geração a partir de fontes fósseis, como gás natural, óleo e carvão. Tanto aqui, como no exterior, o mercado de energia busca alternativas para armazenar energia renovável, que depende do sol, de ventos e chuvas. Além do hidrogênio, alternativas são baterias e até mesmo usinas híbridas.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 06/12/2021

BOLSONARO ANUNCIA REDUÇÃO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS DA PETROBRAS

Por epbr - 6 de dezembro de 2021 - Em Combustíveis, Comece seu Dia, Petróleo e gás, Política energética

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo



O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ao Poder 360 nesse domingo (5/12) que a Petrobras vai anunciar diminuição no preço dos combustíveis a partir desta semana. Ele não deu detalhes sobre o percentual de redução, mas disse que a queda no preço deve seguir por algumas semanas.

— “A redução no preço dos combustíveis será automática e deve ser anunciada nos próximos dias, até o final de dezembro. A redução na Petrobras vai ocorrer porque o valor do petróleo Brent no exterior está caindo”, ressaltou Bolsonaro à CNN.

— Na semana passada, o Brent acumulou perda de 2,39%, após fechar a sessão de sexta (3/12) em alta de 0,30% (US\$ 0,21), a US\$ 69,88 o barril, enquanto o WTI, em baixa de 0,36% (US\$ 0,24) na sexta, a US\$ 66,26 o barril, teve perda semanal de 2,77%. Estadão

— Na quinta (2/12), a Ativa Investimentos atualizou a estimativa de defasagem do preço da gasolina doméstica e apontou um potencial baixista no preço de -5%. Assim, a corretora acredita que é possível que a Petrobras reduza o preço nos próximos dias.

— Por outro lado, o economista-chefe da Ativa, Étore Sanchez, lembrou que o dólar estava cotado a R\$ 5,68, puxado principalmente pelos descalabros fiscais no âmbito doméstico. Se continuasse estável, o potencial de redução seria ainda maior.

— Na manhã desta segunda (6/12), a Petrobras informou que “ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes”. Ou seja, a empresa não confirmou nem desmentiu a informação dada por Bolsonaro.

— O ICMS dos combustíveis está congelado até janeiro, mas o governador do Piauí, presidente do Consórcio Nordeste e coordenador do Fórum Nacional de Governadores, Wellington Dias (PT), disse à epbr na semana passada que o valor de referência precificado, para efeito de ICMS, é o teto.

— “Se houver queda de preços, ficando abaixo do preço de referência, pelos estados, com muito prazer, reduzimos também [a base de cálculo do ICMS]”, garantiu.

— O congelamento do ICMS foi uma concessão política. Secretários de Fazenda alertam que é ineficaz, até pela natureza do imposto, que varia com os preços. Congelar o ICMS foi também a solução encontrada pelo próprio governo federal e sua base na Câmara para a minirreforma do ICMS, que estacionou no Senado.

— Na semana passada, segundo a ANP, os preços médios da gasolina se mantiveram estáveis nos postos, a R\$ 6,742 o litro. Foi a terceira semana seguida de estabilidade. O preço do GLP também se manteve estável, a 102,40 o botijão de 13 kg.

— Já os preços médios do diesel e do etanol registraram queda. O diesel caiu 0,2%, passando para R\$ 5,355. Já o etanol caiu 1,6%, a R\$ 5,308 o litro em média. G1

Artigo. Inconstitucionalidade do PL que visa a reinstaurar TFG no Rio de Janeiro: inclusão de participações governamentais como gerador de taxa de fiscalização revela desvio de finalidade do projeto na Alerj, escrevem Mario Prada e Ricardo Consetino, do escritório Mattos Filho

Vale-transporte para famílias carentes A alta dos combustíveis fez o presidente Jair Bolsonaro (PL) avaliar a criação de um vale-transporte temporário para famílias carentes que fazem parte do Cadastro Único do governo federal. A informação foi confirmada à CNN pelo ministro de Minas e Energia. Bento Albuquerque. Segundo ele, porém, ainda não foi definida a fonte de financiamento do novo programa social



— Segundo relatos de auxiliares do governo, uma das possibilidades em estudo é que recursos da venda de refinarias e de programas de incentivo de energia limpa da Petrobras sejam usados para financiar o benefício provisório.

— No fim de novembro, Bolsonaro sancionou o programa Gás dos Brasileiros, que a cada bimestre vai pagar pelo menos 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg de GLP estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da ANP nos seis meses anteriores.

TCU identifica falhas de R\$ 16,2 bi na privatização da Eletrobras Despacho do ministro Aroldo Cedraz, relator do processo da privatização da Eletrobras no Tribunal de Contas da União (TCU), informa que a instituição identificou falhas na modelagem econômico-financeira da venda que totaliza R\$ 16,2 bilhões. Desses, R\$ 5,6 bilhões já foram reconhecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), informa o Jota.

— Além disso, Cedraz quer mais informações sobre o aporte de recursos pela Eletrobras no fundo setorial chamado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

— O ministro determinou que o MME cumprisse três diligências até esta segunda (6/12), para que o processo possa ser pautado no plenário do TCU – que entra em recesso na quarta (8/12). Mas ressalta que a depender da resposta pode ser necessária nova avaliação da área técnica.

PT vai ao MPF contra Silva e Luna A bancada do PT na Câmara pediu na sexta (3/12) que o Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal investigue o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, por supostos crimes contra a ordem econômica e relações de consumo, informa Guilherme Amado, do Metrôpoles.

— Os deputados afirmaram que a escalada do preço dos combustíveis no Brasil é fruto de uma prática abusiva adotada por escolha do governo Bolsonaro.

Termelétricas fazem consumo de gás natural aumentar 57% Impulsionado pela geração termelétrica, o consumo de gás natural aumentou 57% no terceiro trimestre, em comparação com igual período de 2020, para 81,6 milhões de m³/dia. Desconsiderando a produção de energia, a demanda aumentou 16,6%, informou a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

— A demanda por gás para geração elétrica aumentou 160,9% entre julho e setembro, para 37,94 milhões de m³/d. Mas os demais segmentos também apresentaram crescimento.

— A indústria teve aumento de 12,9% na demanda, alcançando 30,2 milhões de m³/d; o segmento comercial, 33,0%, a 857,18 mil m³/d; a cogeração avançou 19,6%, para 2,446 milhões de m³/d; o GNV subiu 18,8%, para 6,128 milhões de m³/d; e o consumo residencial avançou 5,6%, atingindo 1,654 milhão de m³/d. Estadão

Excelerate assume operação do TR-BA A Petrobras transferiu no sábado (4/12) a operação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia (TR-BA) para a Excelerate Energy. A celebração do termo foi realizada após a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

— A Excelerate fechou o arrendamento do TR-BA com a Petrobras no final de agosto. Ofereceu pouco mais de R\$ 3 milhões de pagamento mensal pelo arrendamento e foi a única a participar da reabertura da concorrência, que havia sido cancelada.

— O navio regaseificador da Excelerate já está posicionado no TR-BA. Com isso, a Petrobras irá transferir navio regaseificador Golar Winter, que estava na Bahia, para o terminal de regaseificação de GNL de Pecém, no Ceará.

Biometano na rede da Comgás A Orizon negocia injeção de biometano na rede da Comgás em Paulínia. Além da comercialização de biometano por gasodutos, a empresa estuda alternativas como GNL (liquefação) ou GNC (gás comprimido).

— O investimento envolve a construção, pela Comgás, de uma extensão do ramal de distribuição até o aterro sanitário da Orizon.

— O aterro sanitário de Paulínia é um dos “ecoparques” que a Orizon começará a operar depois da aquisição, por R\$ 840 milhões, da Estre, no mês passado. Leia em epbr: Marco do biogás tenta blindar setor de retirada de subsídios

Rio deve abrigar quarta usina nuclear do país O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou na sexta (3/12) que há boas chances de a quarta usina nuclear do país ser instalada no Rio de Janeiro. Albuquerque fez as afirmações em lançamento de um laboratório de redes elétricas inteligentes do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) em Nova Iguaçu (RJ).

— Albuquerque disse que o empreendimento constará no plano decenal a ser apresentado no início de 2022, quando se encerram os estudos para a definição do local, realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Eletrobrás.

— O ministro afirmou que, antes de avançar na nova usina, é preciso colocar Angra 3 em operação, o que está previsto para ocorrer até 2026. As obras da usina já superaram a marca de 30 anos de realização. Valor

— Estudos apontavam a cidade de Itacuruba, no sertão pernambucano, como local preferencial para receber uma futura usina nuclear. A cidade de aproximadamente cinco mil habitantes é banhada pelo Rio São Francisco e está localizada a 270 quilômetros de Petrolina.

ONS eleva projeção de carga e reduz previsão de chuvas para dezembro O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) projeta que a carga nacional de energia elétrica deve subir 0,9% em dezembro, atingindo 70.672 MW médios. Na semana passada, a previsão era de queda de 0,5%.

— Já os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste devem atingir 25,7% de sua capacidade até o fim de dezembro, prevê o ONS. Esse nível representa uma piora frente à projeção anterior, de 26,1%.

— As chuvas no Sudeste e Centro-Oeste devem atingir 97% da média histórica para dezembro, ante 99% na estimativa passada. No Nordeste, as chuvas estão agora estimadas em 77% da média histórica, versus 86% na previsão anterior. Para o Sul, a estimativa indica chuvas em 41% da média histórica de dezembro, ante 55% na previsão anterior. Reuters

Leilões de energia negociam 137 MW médios O leilão de energia existente A-1 contratou 66 MW médios, com preço médio de R\$ 209,25/MWh, deságio de 12,81%. Já o leilão A-2 contratou 71 MW médios, com preço médio de R\$ 199,97/MWh, o que representa um deságio praticamente nulo, de 0,02%. Os certames foram realizados na sexta (3/12).

— Apenas três distribuidoras – Celpa, Cemar e CPFL Jaguari – participaram, para ajustar a demanda prevista no curto prazo. Do lado da oferta, preponderaram as comercializadoras. Valor

Startups A Petrobras selecionou as 20 vencedoras do III Programa Petrobras Conexões para Inovação – módulo Startups. O programa vai aportar R\$ 22 milhões em projetos de pequenas firmas inovadoras.

— As startups receberão aportes de até R\$ 500 mil ou de até R\$ 1,5 milhão, para serem usados em projetos Tecnologias Digitais (12), Robótica (3), Tecnologias de Inspeção (2), Modelagem Geológica (2) e Eficiência Energética (1). Estarão

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/12/2021

ORIZON VAI EMITIR DEBÊNTURES INCENTIVADAS E MIRA LEILÕES DE ENERGIA

No radar da empresa, está a inclusão de resíduos sólidos urbanos (RSU) na contratação de energia nova

Por Gabriel Chiappini - 6 de dezembro de 2021 - Em Setor elétrico



A empresa atua na gestão de aterros sanitários e geração de biogás e eletricidade a partir de resíduos

A Orizon Valorização de Resíduos espera participar dos próximos leilões da Aneel, de energia nova A-4 e de capacidade, caso o Ministério de Minas e Energia (MME) inclua a geração de eletricidade a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos novos certames.

“A intenção é que conforme a gente tenha os projetos avançados, que a gente consiga colocá-los no leilão e dar sequência”, explicou o diretor de engenharia e implementação da companhia, Jorge Elias, à epbr.

A empresa atua na gestão de aterros sanitários e geração de biogás e eletricidade a partir de resíduos. Chamou a atenção após ser uma das vencedoras do A-5, realizado no final de setembro – o primeiro leilão a incluir geração de eletricidade de RSU.

Para garantir a participação nos próximos leilões, ampliando seus investimentos em geração, a companhia prevê a emissão de debêntures incentivadas já nas próximas semanas.

A iniciativa vem depois da aquisição, por R \$840 milhões, de cinco aterros sanitários da empresa Estre, no mês passado, e o IPO da companhia no início do ano, que movimentou mais de R\$ 550 milhões.

“O mercado terá algumas surpresas nas próximas semanas (...) O financeiro já conseguiu nosso sucesso no IPO, e tem uma emissão de debênture incentivada a caminho, nas próximas semanas”, adiantou o diretor.

Segundo ele, mais 12 aterros estão em negociação para aquisição.

“Os outros doze estão em processo, desde o ano passado, em negociação, e com a melhoria da capitalização e estruturação financeira, partimos para uma agressividade maior.

Estamos projetando que até o final de 2023 tenhamos 22 ecoparques”, acredita Elias.

A estratégia de crescimento, segundo o executivo, é “pegar o que já tem pronto”, mas que possui um potencial subaproveitado.

“Vemos mais valor que o atual operador. De um determinado ativo podemos extrair mais valor, conseguindo ser mais competitivo e agressivo”, afirma.

Aumento da capacidade para próximos leilões



Atualmente, a Orizon possui 60 MW de capacidade instalada, de energia oriunda de biogás dos aterros. Dos quais 53 MW são comercializados no mercado livre, e 7 MW no mercado de geração distribuída.

Hoje, são 14 termelétricas distribuídas pelos atuais cinco aterros sanitários geridos pela empresa. Além dos cinco aterros da Estre que ela começará a operar nos próximos meses. São eles, os aterros de Itapevi (SP), Tremembé (SP), Maceió e Rosário do Catete (SE) e o de Paulínia (SP).

“Esse ano devemos fechar com 410 mil megawatts hora no ano, e ano que vem devo fechar 500 mil megawatts hora ano em função da ampliação das termelétricas. Isso sem falar das novas, dos novos ecoparques, das unidades de produção independente que a gente adquiriu da Estre, nenhum deles tem geração de energia, então a gente provavelmente vai duplicar essa geração”, diz.

Elias explica que as novas unidades têm enorme potencial para produção de biogás, entretanto, ainda está em avaliação se o gás renovável será destinado a geração de biometano ou de eletricidade.

“Temos o potencial dessas UTEs perto de 75 MW, isso é mais do que a gente tem hoje. Mas não posso afirmar que tudo vai ser geração de energia, ou se parte vai sair como geração de energia e parte como produção de gás natural”, pontua.

Em Paulínia, por exemplo, a Orizon já está negociando com a Comgás a distribuição de biometano na malha de gasoduto da distribuidora, para atender a demanda do polo industrial da região.

“Para o próximo leilão A-4, em 2021, eu só consigo entrar com a energia proveniente do gás natural”.

No A-5, a Orizon saiu vencedora com a térmica URE Barueri, de geração de eletricidade a partir de oxidação de resíduos, que será construída em Barueri, São Paulo.

“Para uma nova URE, eu só terei condições de lidar novamente no final de 2022 ou em 2023, que são as novas UREs que estão em processo licenciamento”, avalia Elias.

Preço e competitividade

Segundo a empresa, o investimento na planta de Barueri, com capacidade de 20 MW, será de R\$ 520 milhões e vai consumir cerca de 300 mil toneladas de resíduos por ano. A data para entrar em operação deve ser antecipada.

“Temos até janeiro de 2026 para entrar em operação comercial, o que deve ser adiantado. Como já estamos no início do processo de implantação, que leva de 35 a 40 meses, nós entraremos em operação no máximo até 2025”, afirmou o diretor.

Um dos grandes desafios da energia gerada a partir de resíduos sólidos ainda é o preço megawatt/hora (MWh). No A-5, a energia foi negociada a R\$ 549,35 por MWh. Para se ter uma ideia, no leilão de A-32, realizado nesta sexta (3), o preço médio foi de 199,97 reais/MWh.

Para Elias a energia de RSU será competitiva como outras fontes antes do fim da década.

“Entre cinco e dez anos é o que a gente precisa”, diz.

O diretor descarta a necessidade de subsídio, mas defende que incentivos são importantes para permitir o crescimento desse segmento, “começando com a contratação que permite a recorrência, precificando externalidades, que te dá segurança energética”, exemplifica.

“Isso permite que a indústria cresça e crie um padrão de fornecimento e um volume. Automaticamente você consegue reduzir o preço no médio prazo, criar competitividade, e acaba podendo daqui a pouco concorrer de igual para igual com qualquer outra fonte”, conclui.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/12/2021

INCONSTITUCIONALIDADE DO PL QUE VISA A REINSTITUIR TFPG NO RIO DE JANEIRO

Inclusão de participações governamentais como gerador de taxa de fiscalização revela desvio de finalidade do projeto na Alerj, escrevem Mario Prada e Ricardo Consetino

Por epbr - 6 de dezembro de 2021 - Em Judiciário, Mattos Filho, Petróleo e gás, Royalties



Assembleia do Rio de Janeiro discute nova alternativa para a TFPG, uma taxa de fiscalização sobre as atividades petrolíferas no Rio (foto por Otacílio Barbosa/Alerj)

No início do mês de novembro, foi apresentado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) destinada a investigar a queda na arrecadação das receitas compensatórias da exploração de petróleo e gás no Estado.

Entre as recomendações e as ações adotadas pela CPI está o projeto de lei 5.190/2021, que pretende reinstaurar a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Produção de Petróleo e Gás (TFPG), originalmente criada pela lei 7.182/2015, que foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2020, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.480.

De acordo com a justificativa do PL 5.190/21, o “Estado do Rio de Janeiro não só pode como deve instituir taxa de fiscalização de atividades petrolíferas. O que o Estado do Rio de Janeiro não pode – e, infelizmente, fez – é utilizar como base de cálculo o valor do barril de petróleo.”

No entanto, apesar de o PL ter sido apresentado para corrigir os vícios apontados pelo STF, o novo texto ainda contém graves inconstitucionalidades que impedem que o texto prospere.

Inconsistências na cobrança

Além do fato gerador anteriormente previsto, que tinha como escopo o exercício regular do poder de polícia ambiental conferido ao Instituto Estado do Ambiente (Inea), a novidade é que o projeto de lei prevê que a TFPG também terá como objeto a “fiscalização, nos termos da Lei fluminense nº 5.139/2007, dos valores devidos ao Estado do Rio de Janeiro em virtude das mesmas atividades que geram as receitas originárias do Estado decorrentes das regras inscritas no artigo 20, § 1º, da Constituição Federal”.

A inclusão da fiscalização das participações governamentais como fato gerador da TFPG revela desvio de finalidade do projeto, já que a cobrança tem como justificativa e contrapartida pela fiscalização ambiental em virtude de potencial lesivo que a atividade representa para o meio ambiente.

As taxas servem para remunerar um serviço público específico e individualizável, ou um poder de polícia específico. Nesse contexto, a atividade típica de fiscalização por parte da Secretaria de Fazenda (Sefaz) não pode ser custeada por taxa, já que é uma atividade corrente do Estado (dever do Estado), custeada pelos recursos do orçamento (as taxas não integram essa equação).



Além disso, a pouca relação da TFPG com a sua suposta finalidade ambiental fica ainda mais evidente ao analisarmos a previsão de repartição da sua arrecadação, que destina 73% à Secretaria de Fazenda do Estado e apenas 26% ao Inea, órgão responsável pela fiscalização.

Essa destinação revela que o produto de arrecadação da taxa está indo para a Fazenda, o que é típico de impostos – taxa não pode ser confundida com imposto (há vedação Constitucional), revelando clara inconstitucionalidade nessa iniciativa legislativa.

Outro ponto de destaque é o valor estipulado para a nova TFPG, de 16.460.000 UFIR/anuais, o que, no exercício de 2021, corresponderia a R\$ 60.989.238,00 por ano, ou R\$ 5.076.261,00 por mês.

Apesar desse montante ser bastante inferior à soma bilionária exigida dos contribuintes na TFPG julgada inconstitucional pelo STF, não está claramente demonstrado no projeto de lei o racional técnico e financeiro para que se arbitre o montante de 16.460.000 UFIR/anuais como valor razoável para a contraprestação do serviço de fiscalização/exercício do poder de polícia.

Se a nova taxa não possui elementos intrínsecos que justifiquem seu valor, a correlação entre o montante que se pretende cobrar e as atividades que serão objeto de fiscalização também é inconsistente.

O projeto de lei indica como sujeito passivo da TFPG toda “pessoa jurídica que esteja, a qualquer título, autorizada a realizar pesquisa, lavra, exploração, e produção de recursos de petróleo e gás”.

Sabe-se que dentro do espectro de atividades da indústria de óleo e gás há diversas possibilidades e peculiaridades que impedem o tratamento igual e o arbitramento de um valor único a título de taxa de fiscalização. Logo, ao desconsiderar essas especificidades, além de se afastar da razoabilidade, o PL 5.190/21 descumpra o princípio da capacidade contributiva.

Ajustes ficam aquém

Independentemente de todas as inconstitucionalidades objetivas que se possa identificar nesse projeto de lei, o maior vício que se pode apontar, ainda que subjetivo, é a sua natureza arrecadatória.

As notícias veiculadas a respeito da CPI dos Royalties tornaram público que o objetivo dos trabalhos foi essencialmente apurar a queda nas mais diversas frentes de arrecadação relacionadas à indústria do petróleo e gás, especialmente o ICMS e os repasses especiais.

Some-se a isso as recentes decisões prolatadas pelo STF, que impuseram aos Estados derrotas que impactam diretamente a arrecadação do ICMS, em especial às relacionadas ao DIFAL e à essencialidade, o que nos leva a concluir que a tentativa de restabelecimento da TFPG tem, na verdade, objetivo de recompor as contas públicas.

Essa conclusão é justificada não apenas pelo cenário econômico e arrecadatório atual, mas também pela própria previsão de repartição das receitas da TFPG, que destina quase a integralidade à Sefaz em detrimento do Inea.

Dentro desse contexto, enquanto a real finalidade da TFPG for meramente arrecadatória, tanto o PL 5.190/21 quanto quaisquer outros que o sucederem, incorrerão em inconstitucionalidades, uma vez que jamais apresentarão correlação entre o valor cobrado e o poder de polícia que pretendem custear.

A imposição das taxas, e especificamente as de fiscalização, é prerrogativa dos entes públicos e tem inegável amparo constitucional, mas para que sejam legítimas e justas, é imprescindível que

atendam os mínimos critérios de referibilidade, razoabilidade, e o mais importante, que efetivamente remunerem um efetivo serviço público/poder de polícia.

Nada disso é evidenciado pelo PL 5.190/21 e não há qualquer lógica a criação de uma previsão arrecadatória sem a clara contrapartida de criação de novos serviços públicos, contratação de servidores para realizar essas atividades e aquisição de equipamentos para a realização dessas atividades.

Enfim, entendemos que é gravíssimo a criação de uma receita, nitidamente arrecadatória, sem contrapartidas claras e objetivamente amarradas a novas despesas, especificamente desenhadas por essa nova realidade.

Por Mario Prada (sócio) e Ricardo Consetino (advogado) do Mattos Filho, escritório full service com mais de 35 áreas de atuação, entre elas Tributário

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/12/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

GUEDES CRITICA BANCOS CENTRAIS SOBRE INFLAÇÃO GLOBAL: ‘DORMIRAM AO VOLANTE’

Ministro da Economia afirma que as autoridades monetárias pensam que estão fazendo um bom trabalho, mas disse que problemas foram mascarados pela ascensão chinesa

Por Fernanda Trisotto



Guedes criticou atuação dos Bancos Centrais Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

BRASÍLIA – O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou a atuação de Bancos Centrais e Tesouros Nacionais de todo mundo no combate à inflação. Ele afirmou que os preços de bens e serviços nos mercados globais estiveram “calmos” por duas ou três décadas, quando não houve moderação de Bancos Centrais ou dos

Tesouros avaliando a política fiscal, diferente do momento atual de disparada de preços.

— Enquanto isso, os Bancos Centrais e Tesouros estão achando que estão fazendo um grande trabalho. Vão descobrir brevemente que dormiram ao volante – afirmou o ministro durante evento do Tesouro Nacional nesta segunda-feira.

Em sua avaliação, a inflação mundial não se manifestou por um problema de equilíbrio geral. Ele citou o ingresso de 3,7 bilhões de eurásianos nos mercados de trabalho globais, o que teria cegado os radares das autoridades monetárias, pois afetou salários e a oscilação de preços em todo o mundo.

O ministro faz essa relação com eurásianos com frequência. Ele usa a expressão para se referir às mudanças promovidas pela China em seu processo de abertura ao mercado.

Ele disse que deixava essa provocação para o conferencista do evento, o economista John Cochrane, especialista em economia financeira e macroeconomia e ex-professor da Universidade de Chicago.

Guedes também citou o Teorema da Equalização do Preço dos Fatores (quando preços de mercadorias e de capital e trabalho se igualam a medida que países caminham para o livre comércio) ao afirmar que os Bancos Centrais de países avançados se beneficiaram da globalização.

A crítica genérica de Guedes às autoridades monetárias vem na esteira de um período de elevação global na inflação. No Brasil, a alta nos preços já está em 10,3% nos últimos 12 meses e vem forçando o Banco Central a promover seguidas elevações da taxa básica de juros, a Selic, para conter os preços.

Apesar de Guedes não citar nominalmente o presidente do BC, Roberto Campos Neto, este vem seguidamente apontando o risco na condução da política fiscal como um fator complicador para a persistência da inflação elevada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/12/2021

EVE, DA EMBRAER, RECEBE ENCOMENDA DE 50 TÁXIS AÉREOS VOADORES PARA AUSTRÁLIA

No domingo, a empresa de mobilidade aérea urbana havia anunciado acordo com a Nautilus Aviation, maior operadora de helicópteros do norte da Austrália

Por O Globo



EmbraerX Eve, projeto conceito de veículo aéreo urbano Foto: Divulgação/Embraer

FLÓRIDA E MELBOURNE — A Eve, empresa de mobilidade aérea urbana (UAM, na sigla em inglês) da Embraer, recebeu novas encomendas de eVTOLs, como são conhecidas as aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical, desta vez de duas empresas australianas. Em outubro, a empresa brasileira havia fechado uma encomenda de 100 'carros voadores'.

Nesta segunda-feira, a Eve fechou uma parceria com a Sydney Seaplanes, líder na transição para a aviação sustentável na Austrália, que encomendou 50 unidades de eVTOL da Eve, com entregas previstas para começar também a partir de 2026.

A nova parceria acelera o turismo mais sustentável na região da Grande Sydney usando aviação 100% elétrica com emissão zero.

— Este é um desenvolvimento empolgante para a Sydney Seaplanes. Sydney precisa de um estímulo pós-Covid e a melhor maneira de fazer isso é gerando empregos de alta tecnologia e zero carbono que apoiem o transporte, o turismo e a energia desta cidade maravilhosa — Aaron Shaw, CEO da Sydney Seaplanes.

O executivo acrescentou que a tecnologia eVTOL da Eve se integrará perfeitamente à frota anfíbia elétrica da empresa para oferecer uma variedade de viagens turísticas e de transporte regional:

— Ainda sujeito à consulta da comunidade, esperamos que alguns voos operem em nosso icônico terminal de aviação de Rose Bay, no Porto de Sydney. Esse serviço será um atrativo para o público em geral, o que nos permitirá abrir novas rotas, além do porto e em toda a região da Grande Sydney.

Mais 10 aeronaves elétricas



No domingo, a Eve anunciou um acordo com a Nautilus Aviation, do Grupo Morris e maior operadora de helicópteros do norte da Austrália, para desenvolver o ecossistema de UAM e usar os eVTOLs em pontos que são atrações turísticas de Queensland, incluindo a Grande Barreira de Corais. Foram encomendadas 10 aeronaves elétricas com previsão para os primeiros voos panorâmicos até 2026, disse a empresa em comunicado.

A parceria visa a acelerar o desenvolvimento do ecossistema da Mobilidade Aérea Urbana no país com emissões zero, acrescentou a empresa.

Inovação no ar: 'Se ninguém apostar no futuro, vamos ficar na mesma', diz presidente da Azul

Andre Stein, presidente e CEO da Eve, ressaltou que o mercado da Grande Sydney oferece um potencial significativo para operações de Mobilidade Aérea Urbana em escala, o que permitirá aproveitar ao máximo a beleza icônica do Porto de Sydney e melhorar a eficiência da circulação para complementar os meios de transporte existentes.

NAS ALTURAS: EMPRESAS INVESTEM NO SEGMENTO DE CARROS VOADORES 1 de 6

Embraer negocia fusão de US\$ 2 bilhões

Embraer negocia uma fusão de US\$ 2 bilhões de sua subsidiária Eve, que desenvolve projetos de mobilidade aérea urbana (conhecida como carros voadores), com a Zanite Acquisition, uma companhia de capital aberto dos Estados Unidos.

Autopiloto

O Projeto Vahana, da Airbus, busca criar uma aeronave VTOL elétrica totalmente autopiloto. No início de 2018, o protótipo Vahana teve seu primeiro teste de voo em escala real bem-sucedido.

Design ambicioso

O design do Volocopter 2X é ambicioso. Desenvolvido na Alemanha, possui 18 rotores movidos a bateria controlados por meio de um único joystick.

Recursos automáticos

Produzido pela empresa canadense Opener, o BlackFly combina a pilotagem pessoal com uma riqueza de recursos automáticos, incluindo aterrissagem e funções de retorno automatizado para casa.

Motores elétricos

A aeronave produzida pela Joby Aviation alcança uma velocidade máxima de 320 km/h. Seis motores elétricos acionam a máquina voadora, que pode acomodar até cinco pessoas.

Trem de força elétrico

A AeroMobil, com sede na Eslováquia, está em seu quarto protótipo para lançar um carro voador. A empresa está canalizando tempo e dinheiro para o desenvolvimento de um trem de força elétrico.

— A Eve apoiará esta nova parceria com soluções abrangentes para operações de aeronaves, incluindo soluções de gerenciamento de tráfego aéreo, manutenção, treinamento e outros serviços — acrescentou, ao comentar o negócio com a Sydney Seaplanes.

O projeto da Eve para o eVTOL, centrado no usuário, combina inovação revolucionária e um design simples e intuitivo. Além do programa de aeronaves, a Eve está aproveitando a expertise da Embraer e da Atech, uma subsidiária do Grupo Embraer reconhecida mundialmente pelo fornecimento de softwares de gerenciamento de tráfego aéreo, para criar as soluções que ajudarão a desenvolver com segurança a indústria de Mobilidade Aérea Urbana no futuro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/12/2021

MUBADALA: ONDE O FUNDO ÁRABE QUE FOI PARCEIRO DE EIKE E MANTÉM ESTILO DISCRETO QUER CHEGAR NO BRASIL?

Com executivos locais que atuam longe dos holofotes, veículo de investimentos de Abu Dhabi acaba de comprar uma refinaria da Petrobras e o Metrô Rio

Por Glauce Cavalcanti e Bruno Rosa



A Refinaria Landulpho Alves (Rlam), comprada da Petrobras, está entre os ativos do Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, no Brasil: foco é crescer em áreas como energia renovável e mobilidade Foto: Juarez Cavalcanti / Agência O Globo

RIO - O Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, voltou aos holofotes no Brasil. Na semana passada, sacramentou com a Petrobras o acordo de aquisição da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, a primeira da estatal a ser vendida. O valor do negócio, R\$ 1,7 bilhão, é próximo ao de outra operação, em novembro, que lhe deu o controle do Metrô Rio, antes nas mãos da Invepar.

As duas grandes transações, dizem fontes a par das negociações, sinalizam duas das áreas de maior interesse do fundo bilionário árabe no país: energia — sobretudo aquela de fontes renováveis — e mobilidade urbana. O plano do Mubadala é desenvolver cadeias mais completas nos setores que considera estratégicos no país e que se encaixam nos setores-alvo do fundo para 2022.

Atuando em mais de 50 países com US\$ 243 bilhões em ativos sob seu chapéu, o Mubadala já tem uma relação prolongada e resiliente com o Brasil. O fundo ganhou mais evidência no país quando se tornou parceiro de projetos do ex-bilionário Eike Batista. O império X naufragou, mas o fundo reorganizou seus negócios levando empresas que eram do grupo. E agora parece estar entrar em uma nova ofensiva de investimentos no país. Mas não costuma mostrar um rosto por aqui. Recruta executivos locais cuja atuação é marcada pela discrição.

CEO mira renováveis

O presidente do Mubadala Capital no Brasil é Oscar Fahlgren. A face global mais visível do fundo é Khaldoon Khalifa Al Mubarak, CEO da Mubadala Development Company. No fim do mês passado, ele afirmou que está atento sobretudo a fontes renováveis de energia, tecnologia e ciências da vida. Frisou não ter mudado a estratégia, mas reconheceu que, “no curto prazo, há desafios à frente”, como a inflação subindo em diversos países. Emendou dizendo que, no pós-pandemia, há grande liquidez global, embora aumentos de taxa de juros tragam impactos como o desestímulo a investimentos em projetos.

No Brasil, apesar dos riscos econômicos e políticos, o cenário descrito por Al Mubarak pode se traduzir em oportunidades para o Mubadala ampliar ainda mais sua carteira de ativos no país, afirmam executivos desses setores.

O mercado brasileiro aparece com destaque no mapa do fundo. A Mubadala Capital, subsidiária de private equity do grupo, tem no Rio de Janeiro um de seus quatro escritórios no mundo. Os outros estão em Abu Dhabi, Nova York e São Francisco, nos EUA. Esse braço tem US\$ 9 bilhões de ativos de capital de terceiros.

Além de Rlam e Metrô Rio, entre os negócios que a Mubadala Capital abocanhou no país recentemente estão a concessionária rodoviária Rota das Bandeiras (SP). Em breve, assumirá a Linha Amarela. A via expressa carioca é parte de um acordo fechado com a Invepar em 2020,



quando o ente dos Emirados Árabes entrou na reestruturação da dívida de R\$ 2,5 bilhões da empresa de concessões controlada pelos fundos de pensão Previ (de empregados do Banco do Brasil), Funcef (Caixa) e Petros (Petrobras).

Talentos locais

A Mubadala Investment Company, o braço de investimento direto do fundo, engloba as empresas da antiga EBX, que foi a holding de Eike. Em 2012, o Mubadala fez um aporte de US\$ 2 bilhões na companhia. Com a derrocada, o pagamento veio em ativos, como fatias da Prumo Logística (ex-LLX), do Porto Sudeste e da IMM, de eventos. Chegou levar o Hotel Glória, na Zona Sul do Rio, que vendeu ao Opportunity.

O Mubadala deverá ter outros ativos em mobilidade, além do Metrô Rio. O fundo já estaria em conversas para ampliar o número de empresas desse setor em seu portfólio. Lá atrás, chegou a fazer ofertas pela SuperVia, concessionária de trens fluminense hoje em recuperação judicial, diz uma fonte, mas o negócio não saiu.

Uma marca da gestão do fundo árabe é a contratação de talentos nos países em que atua. Na Acelen, empresa de energia do Mubadala Capital que vai comandar a Rlam — que retomará seu nome de fundação, Refinaria Rio Mataripe —, há ex-empregados de praticamente todas as companhias de energia do país.

Executivos e advogados que já acompanharam negociações com o fundo relatam a atuação reservada como uma das principais características do modo de operar. Nas palavras de uma das fontes, “por um lado, isso é ruim, porque fica quase uma caixa preta”.

Fontes do setor afirmam que, nos próximos anos, o Mubadala planeja avançar em projetos de geração de energia renovável no Brasil. Um executivo do mercado explica que a ideia é aproveitar o potencial nos segmentos eólico e solar, sempre com o fundo entrando em projetos em parceria com sócios.

Interesse no ex- Comperj

Nessa área de energia, um dos mais cotados para esse tipo de empreitada é o fundo americano EIG, que já é sócio do Mubadala na Prumo, dona do Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense. A empresa está em robusta expansão. Também no Açú, o Mubadala vem participando de negociações com a Petrobras para a construção de um gasoduto e oleoduto até o Comperj (chamado de Gaslub), em Itaboraí, no Grande Rio. E não descartaria analisar eventual compra da Gaslub caso a estatal decida colocar o empreendimento à venda, apontam agentes do setor.

Em novembro, foi anunciada uma parceria de TAQA (a empresa de energia dos Emirados Árabes), Adnoc (a petroleira do país) e o Mubadala sob a marca Masdar, com foco em energia do futuro. Com capacidade de geração de 23GW em energia de fontes renováveis, quer bater 50GW até 2030, o que indica acelerar aportes globalmente. Procurado pelo GLOBO, o Mubadala não comentou seus planos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/12/2021

PAULO GUEDES DEFINE NOMES PARA RECEITA, SECRETARIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM REESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Julio Cesar Vieira Gomes assume o comando da Receita Federal. Braço-direito do ministro, a assessora especial Daniela Marques deve se tornar Secretária de Produtividade. Ex-deputado fará relacionamento com o Congresso

Por Aguirre Talento, Fernanda Trisotto e Manoel Ventura



BRASÍLIA – Dois nomes já estão confirmados na reestruturação que o ministro Paulo Guedes promove em sua equipe no Ministério da Economia.

Julio Cesar Vieira Gomes assume o comando da Receita Federal, Daniela Marques deve assumir a Secretaria de Produtividade e Competitividade e Alexandre Baldy será responsável pela articulação política da pasta.

As mudanças devem ser anunciadas nesta semana. A pasta está trocando dois secretários especiais e aposta na entrada de um político para fazer a articulação junto ao Congresso Nacional. Além disso, uma nova secretaria especial será criada.

Conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim, o auditor fiscal da Receita Julio Cesar Vieira Gomes, que atua na delegacia de julgamento (DRJ) do Rio de Janeiro, vai assumir a função de secretário especial da Receita Federal, no lugar de José Tostes Neto. Tostes, por sua vez, será adido tributário na OCDE, em Paris — cargo que ainda será criado.

Gomes também foi presidente-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e ocupa cargo de diretor jurídico no Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco). Ele é conhecido por ter sólida formação acadêmica e também é oficial da Marinha.

Na última semana, o Sindifisco aprovou, em assembleia, um documento pedindo a saída de Tostes da Receita e anunciado paralisações em todo o país.

Daniela Marques, que é braço-direito do ministro Paulo Guedes e está na equipe econômica desde o início do governo, ficará no lugar de Carlos da Costa na secretaria de Produtividade.

Costa, apesar das críticas internas constantes, fazia parte do “dream team” de Paulo Guedes e é o último secretário especial da formação original a deixar o cargo. Ele vai assumir o posto de adido de comércio em Washington. Esse cargo, que ainda não existe, terá como objetivo mostrar as ações do governo Jair Bolsonaro nos Estados Unidos.

Já Alexandre Baldy, que foi deputado federal pelo PP de Goiás, estava trabalhando na secretaria de Transportes do governo do estado de São Paulo, mas deixou a função em outubro para se dedicar à própria pré-campanha ao Senado em 2022.

A ele caberá assumir a função que era de Esteves Colnago, que deixou o posto para virar secretário Especial de Tesouro e Orçamento, e fazer a articulação política entre o ministério e o Congresso.

Além dessas mudanças, o secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, deixará o cargo para ser adido do governo na OCDE, em Paris. Esse cargo também será criado.

A pasta também terá a criação da Secretaria Especial de Estudos Econômicos, chamada de SEEE. Esse órgão será um “think tank” da política econômica e será chefiado pelo atual secretário dessa área, Adolfo Sachsida. A secretaria vai abrigar, além da Secretaria de Política Econômica, o IPEA, o IBGE e outras áreas de estudos econômicos da pasta.

Estas mudanças se somam a uma série de saídas na equipe de Guedes. As últimas foram dos secretários de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, e do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. Ambos deixaram seus cargos por discordarem de mudanças no teto de gastos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/12/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ESTUDO BUSCA ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO ELÉTRICA SEM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS EM FERNANDO DE NORONHA

Portaria determina o banimento de combustíveis poluentes no local até 2030, com substituição da frota atual por veículos elétricos; atualmente, a energia da ilha é garantida por uma termoelétrica a diesel

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - Com o banimento de combustíveis fósseis da ilha de Fernando de Noronha a partir do ano que vem (Portaria MME 67/2018), com prazo até 2030 para sua erradicação total, a previsão da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é a de que os veículos elétricos vão substituir a atual frota, o que vai demandar, além de mais energia, a substituição da termoelétrica a diesel (UTE Tubarão) que garante o abastecimento da ilha, já que seria incoerente abastecer os carros elétricos com combustível poluente.

De acordo com estudo feito pela EPE, foi identificado um déficit de geração elétrica a partir de 2024 na ilha, devido ao crescimento da carga com a entrada dos carros elétricos, e foram exploradas algumas alternativas para substituir o diesel.



Fernando de Noronha; termoelétrica a diesel garante abastecimento do arquipélago. Foto: Felipe Mortara/Estadão

O estudo identificou as tecnologias eólica e solar fotovoltaica, principalmente offshore (em alto mar), como as que parecem mais promissoras devido à disponibilidade de recursos. Porém, a limitação de área disponível na ilha e questões ambientais podem trazer algumas dificuldades para essas tecnologias, além do fato da regulação offshore de geração de energia ainda estar em elaboração no

País.

Por outro lado, destaca o estudo, os combustíveis líquidos para a geração de energia elétrica em termoelétricas podem ser transportados do continente até a ilha, seguindo a mesma logística que hoje é utilizada pelo óleo diesel, o que indica um caminho para o etanol e o biodiesel, com destaque para o biodiesel devido à diversidade de insumos e de rotas tecnológicas que podem ser utilizadas para a sua produção, destaca a EPE.

A exemplo do que se observa em outros sistemas isolados, o Gás Natural Liquefeito (GNL) também pode ser uma alternativa para o atendimento a Fernando de Noronha, mas que traz questionamentos relativos à construção de um terminal de regaseificação, além das questões ambientais.

Um sistema de armazenamento a bateria para aplicação centralizada também se mostrou uma alternativa viável, sendo capaz de atender a demanda de forma flexível, sem exigir muito espaço e com baixo impacto, podendo ser utilizada em conjunto com as renováveis com geração variável, como eólica e solar.

O estudo também identificou várias dificuldades que impedem a interligação do arquipélago ao Sistema Interligado Nacional (SIN), indicando que pelos próximos anos Fernando de Noronha continuará a fazer parte dos Sistemas Isolados, informou a EPE.

O arquipélago de Fernando de Noronha tem 21 ilhas, ilhotas e rochedos totalizando 26 quilômetros quadrados de extensão, distante 360 km de Natal (RN) e a 545 km de Recife (PE). A principal ilha, única habitada, tem extensão de 17 quilômetros quadrados, concentrando todas as atividades socioeconômicas. Atualmente, Fernando de Noronha é um distrito estadual administrado por Pernambuco, com população estimada de 3.140 habitantes em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/12/2021

CARRO HÍBRIDO A ETANOL SERÁ 'JABUTICABA FOR EXPORT', DIZ PRESIDENTE DA VOLKSWAGEN

Pablo Di Si, presidente da montadora alemã, convenceu a matriz a criar um centro de P&D no País para o desenvolvimento de biocombustíveis; projeto inclui a exportação de tecnologia, motores e até automóveis

Por Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América Latina

Chamado de 'dinossauro' por executivos da matriz na Alemanha, por defender um combustível que parecia ultrapassado em tempos de eletrificação mundial, o presidente da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si, acabou convencendo o conselho mundial que o etanol é uma alternativa no processo de descarbonização para países menos desenvolvidos. Ganhou carta branca para criar um centro de pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis que, segundo ele, poderá exportar tecnologias para países na mesma situação do Brasil. Confira, a seguir, trechos da entrevista.

Por que o sr. assumiu a tarefa de ser 'garoto propaganda' do etanol?

Nos últimos dois anos vi a Europa, os EUA e a China avançando muito em carros elétricos e pensava no futuro da indústria automobilística do Brasil daqui a 10, 20, 30 anos. Não acho que as empresas vão instalar fábricas de carros elétricos nessa região. Mas, quando falava de etanol na matriz, me chamavam de dinossauro, pois consideravam uma solução antiga.

O que o sr. fez para mudar essa visão?

A convite do CEO, Herbert Diess, apresentei ao conselho global os conceitos do etanol que, dependendo do carro, emite até 80% menos CO2 do que um a gasolina, quando medido o ciclo completo de produção do combustível. Mostrei que o Brasil não precisa esperar 20 anos ou mais até a eletrificação chegar para promover a descarbonização. Mais que um 'garoto propaganda', sou uma pessoa que acredita no País e que temos um modelo sustentável a oferecer. O conselho entendeu e colocou o biocombustível no mapa estratégico do grupo.



Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América Latina; executivo diz não acreditar na possibilidade de montadoras instalarem fábricas de carros elétricos no Brasil. Foto: Hélvio Romero/ Estadão - 14/3/2019

O que isso significa?

Vamos usar parte dos R\$ 7 bilhões do investimento previsto até 2026 em um centro inédito de P&D para trabalhar, entre outros projetos, no desenvolvimento de



carros híbridos flex, que poderão usar o etanol da cana ou outro tipo de biocombustível e o carro a célula de combustível extraído do etanol. Temos uma parceria com a Unicamp nesse projeto.

Não será mais uma 'jabuticaba' brasileira?

Dessa vez será uma 'jabuticaba for export', pois poderemos exportar motores, engenharia e tecnologia flex para países como África do Sul, Índia, Rússia e do sudeste asiático, que também vão demorar a chegar ao processo de eletrificação. Na África, por exemplo, 80% da matriz energética é gerada por carvão. Se ligar a tomada para carregar a bateria do carro, vai precisar de mais carvão, o que é um absurdo. Vários países estão aumentando o percentual de etanol na gasolina. A Índia está perto de aprovar uma lei para uso de motores flex. No primeiro trimestre de 2022, vou para lá para ajudar a desenvolver essa nova política.

A Alemanha poderá usar uma tecnologia brasileira de célula a etanol com outro tipo de combustível?

Claro, porque será um produto flex. O conceito é usar um motor híbrido flex e se o país não tiver etanol pode colocar gasolina, por exemplo.

Outras montadoras te acompanham nessa missão?

Poucas.

Por que?

De forma genérica, a maior parte das montadoras fala que o futuro é elétrico e cada uma tem sua estratégia. A própria Volkswagen está investindo € 75 bilhões em elétricos e híbridos. Mas mostramos que também há outros caminhos. Para que investir bilhões e bilhões de dólares em carros elétricos no Brasil se já temos os biocombustíveis? Além disso, qualquer política pública tem de ter três bases: meio ambiente sustentável, social e econômica. A indústria do etanol tem as três porque gera empregos. Além disso, com o bagaço da cana, que antes era resíduo, hoje se faz biometano e biogás, ou seja, com o etanol abastecemos carros e a matriz energética.

O Brasil não vai ficar para trás no mercado de elétricos?

A importância não é o carro elétrico ou à combustão, mas que seja neutro em carbono e sustentável, e o etanol faz isso. Se o país tem uma matriz energética limpa e o consumidor quer carros elétricos, faz sentido ter uma política mais agressiva de eletrificação. No Brasil, o carro elétrico até faz sentido, pois a matriz energética é limpa, mas quando comparamos com o etanol os resultados (de emissão) são mais ou menos os mesmos. O mais vantajoso aqui é o carro híbrido flex, porque junta a boa matriz energética com o etanol. Não significa que não vai ter carros elétricos no País. Na próxima terça-feira, 7, vamos lançar dois modelos, o ID.3 e o ID.4.

No futuro o Brasil vai ter frota significativa de elétricos?

Eu sempre falo que a Volkswagen vai ter carros elétricos, híbridos e a etanol. O que temos de incentivar é o carro com a tecnologia mais sustentável. Para mim são tecnologias complementares. Imagina se o Brasil tiver de esperar a eletrificação? Pode levar 20 ou 30 anos, mas precisamos descarbonizar antes e o etanol é fantástico para esse período. Depois podemos equilibrar a demanda com elétricos e híbridos.

Mas o sr. disse que as empresas não mostram interesse em produzir elétricos aqui.

É uma opinião pessoal. Eu acho que não por causa do grande investimento necessário. Até agora não se viu nenhum anúncio na América Latina. Talvez tenha alguma coisa em CKD (conjuntos apenas para montagem local), mas estou falando em fábricas de carros, de baterias, de reciclagem de baterias. A Alemanha vive uma transformação positiva, porém com forte apoio do governo. O País tem uma visão estratégica para o setor, vai investir e gerar uma cadeia de empregos. Na Volkswagen estamos transformando fábricas de motores em fábricas de baterias, de carros a combustão em carros elétricos e estamos criando centros de reciclagem. Eu conheço um pouco a indústria brasileira e não enxergo que vai ter investimento pesado em elétricos nos próximos 10 a 15 anos. Mas posso estar equivocado, pode ser que amanhã alguma empresa faça um anúncio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/12/2021

SENADORES PRESSIONAM PACHECO A NÃO FATIAR PEC DOS PRECATÓRIOS E FORÇAR VOTAÇÃO RÁPIDA NA CÂMARA

Presidente do Senado deve conversar com líderes partidários e Arthur Lira ainda nesta segunda; promulgação do texto é alvo de impasse entre as duas Casas e pode alongar a implantação do Auxílio Brasil de R\$ 400

Por Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Senadores pressionam o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a não fatiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e forçar uma votação rápida na Câmara, vinculando o espaço fiscal aberto pela medida em 2022. Pacheco deve conversar com líderes partidários e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), ainda nesta segunda-feira, 6.

A promulgação é alvo de um impasse entre Câmara e Senado e pode alongar a implantação do Auxílio Brasil de R\$ 400. A proposta é estratégica para o Executivo por abrir margem para novos gastos em ano eleitoral. O texto foi alvo de críticas por adiar o pagamento de precatórios, que são dívidas reconhecidas pela Justiça, a partir do próximo ano e por mudar a regra de cálculo do teto de gastos, a principal âncora fiscal do País.



Rodrigo Pacheco; presidente do Senado deve conversar com líderes partidários e com o

presidente da Câmara, Arthur Lira, ainda nesta segunda-feira. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 26/10/2021

Os senadores promoveram alterações para "amarrar" o espaço fiscal da PEC ao novo programa social e despesas da Previdência com o argumento de evitar uma "farra eleitoral" no ano que vem. Lira, por outro lado, quer adotar uma manobra para fatiar a promulgação garantindo a folga de R\$ 106,1 bilhões em 2022 sem a vinculação.

Após a aprovação da PEC no Senado, o dispositivo que muda o cálculo do teto e abre espaço de R\$ 62,2 bilhões em 2022 poderia ser promulgado pelo Congresso. O limite no pagamento de precatórios, por sua vez, que abre uma folga de R\$ 43,8 bilhões, não poderia ir para promulgação direta antes de aprovação dos deputados, pois foi alterado. O mesmo foi feito no item que abre R\$ 15 bilhões fora do teto de gastos em 2021 para custeio de vacinação, transferência de renda e ações emergenciais.

O Senado limitou o pagamento de precatórios até 2026, e não mais até 2036, e vinculou o espaço fiscal da PEC ao Auxílio Brasil e despesas obrigatórias, que precisarão ser reajustadas no Orçamento. A estratégia é evitar com que os recursos sejam usados para turbinar as verbas do orçamento secreto no próximo ano. O "carimbo" das despesas não garante a vinculação, mas, de acordo com senadores, exige um compromisso com gastos essenciais.

A estratégia dos senadores foi fazer a alteração no mesmo artigo que limitou o pagamento de precatórios, blindando a PEC de ser fatiada. "Esse fatiamento é uma gambiarra. O que queremos impedir é o governo de fazer loucuras. Nossa expectativa é que o presidente do Senado não vai fatiar. Ele assumiu isso com a gente no plenário na semana passada", disse o senador José Aníbal (PSDB-SP).

No Congresso, parlamentares discutem a possibilidade de Lira levar a PEC alterada pelo Senado direto para o plenário. Na semana passada, no entanto, ele citou o regimento da Casa para mostrar resistência a essa manobra e falou que as alterações só devem ser analisadas pela Câmara em 2022, pressionando pelo fatiamento.

"Se o Pacheco descumprir o acordo, o Pacheco não preside mais o Senado porque descumpriria o acordo com o PT, com o MDB, com o PSDB e com o Cidadania e um presidente da Casa nunca fez isso. Nem o Davi (Alcolumbre) fez isso. E o Pacheco é homem de cumprir acordos, até como jurista que é", afirmou a líder da bancada feminina no Senado, Simone Tebet (MDB-MS).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/12/2021

BC MULTA CAIXA EM R\$ 200 MIL POR COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFAS POR QUASE DEZ ANOS

No processo, a Caixa negou as irregularidades, alegando que as cobranças estavam de acordo com os regulamentos do Banco Central

Por Guilherme Pimenta e Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Banco Central (BC) aplicou multa de R\$ 200 mil à Caixa Econômica Federal por cobranças indevidas de tarifas a clientes do banco estatal por quase dez anos, entre 2008 e 2017. O julgamento ocorreu na manhã desta segunda-feira, 6.

A primeira investigação do BC identificou que a instituição cobrou, de forma irregular, de 2008 a 2017, Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) de cliente que já possuía relacionamento com a instituição financeira no segmento de contas de depósito e em financiamento imobiliário.



Sedes do Banco Central (ao fundo) e Caixa Econômica Federal; Para cada irregularidade, o BC multou a Caixa em R\$ 100 mil, totalizando R\$ 200 mil Foto: André Dusek/Estadão

Nesse caso, a tarifa irregular era cobrada referente ao cadastro do vendedor do imóvel, quando da realização do financiamento imobiliário, em desacordo com as normas vigentes. Além disso, o BC identificou cobrança dessa tarifa no valor de R\$ 800, divergente da tarifa que constava na tabela da instituição

financeira, de R\$ 40.

O Banco Central também identificou cobrança irregular de Tarifa de Avaliação Emergencial de Crédito (Taec), entre abril de 2014 e setembro de 2016, de clientes titulares de cartões de crédito que solicitavam aumento de limite para compras. A Caixa informou ao BC que a cobrança foi interrompida em 1.º de outubro de 2016.

Para cada irregularidade, o BC multou a Caixa em R\$ 100 mil, totalizando R\$ 200 mil. O BC informou na condenação que a multa aplicada era a mais benéfica à instituição, tendo em vista que as irregularidades ocorreram antes da nova lei que aumentou as multas aplicadas pelo Banco Central. Se a nova lei fosse aplicada, as multas poderiam variar de R\$ 2 milhões a R\$ 50 milhões.

No processo, a Caixa negou as irregularidades, alegando que as cobranças estavam de acordo com os regulamentos do Banco Central. Além disso, a instituição financeira afirmou que as cobranças eram previstas em normatização interna. Procurada pelo Estadão/Broadcast, a instituição ainda não se manifestou.



Com a condenação no BC, o banco pode recorrer ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), o Conselheiro, segunda instância que analisa condenações administrativas impostas pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/12/2021

PETROBRAS DIZ QUE NÃO ANTECIPA DECISÕES SOBRE REAJUSTE DE PREÇOS, APÓS FALA DE BOLSONARO

Presidente disse no fim de semana que a estatal começa nesta semana a anunciar redução no preço dos combustíveis

Por Beth Moreira, O Estado de S.Paulo

A Petrobras informou, em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta segunda-feira, 6, que não antecipa decisões sobre reajustes de preços. A nota foi divulgada um dia depois e o presidente Jair Bolsonaro afirmou ao site Poder360 que a estatal "começa nesta semana a anunciar redução no preço do combustível".

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato da volatilidade externa e da taxa de câmbio causada por eventos conjunturais", afirma a estatal no documento.

A companhia diz que monitora continuamente os mercados, o que compreende, dentre outros procedimentos, a análise diária do comportamento de nossos preços relativamente às cotações internacionais. "A Petrobras não antecipa decisões de reajuste e reforça que não há nenhuma decisão tomada por seu Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) que ainda não tenha sido anunciada ao mercado", afirma.

A possibilidade de redução nos preços foi citada pelo presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, durante audiência pública no Senado no último dia 23. Pressionado por senadores, ele afirmou que a empresa estava há 30 dias sem reajustar os preços e que analisava se faria uma redução.

Pressionado por prefeitos e congressistas, Bolsonaro tem feito críticas ao aumento nos combustíveis e apontado responsabilidade de governadores, em função da cobrança do ICMS, imposto arrecadado por Estados. Em algumas ocasiões, o presidente chegou a criticar a política de preços da Petrobras e falou que a empresa "só dá dor de cabeça".

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a questionar as vantagens de manter a Petrobras como uma empresa estatal, mas listada em Bolsa. Ele já declarou diversas vezes que gostaria de privatizar de vez a companhia.

"A estatal listada em Bolsa ajuda a sociedade, derruba os preços e acaba quebrando, como no governo passado? Ou vira de mercado, bota o preço lá em cima e - entre aspas - aperta o consumidor, como está acontecendo agora com o petróleo? A Petrobras não satisfaz ninguém, e a bomba fica no colo do governo", afirmou.

Preço estável nas bombas

Mesmo antes da aguardada redução dos preços dos combustíveis pela Petrobras, devido ao recuo do petróleo no mercado internacional, levantamento feito semanalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) verificou estabilidade nas bombas dos postos de abastecimento na semana de 28 de novembro a 4 de dezembro, com registro até de ligeiros recuos.



O petróleo do tipo Brent recuou cerca de US\$ 10 nas últimas duas semanas e fechou cotado abaixo dos US\$ 70 o barril na sexta-feira, 3.

O preço médio da gasolina na semana passada ficou em R\$ 6,742 o litro, levemente abaixo dos R\$ 6,749 da semana anterior. O preço mais elevado foi de R\$ 7,962, no Sul, o mesmo preço de uma semana antes, e o mais baixo, de R\$ 5,299, no Sudeste.

O diesel também apresentou leve recuo na semana passada. A média foi de R\$ 5,355, contra preço médio de R\$ 5,366 na semana anterior, sendo o preço mais alto, de R\$ 6,700, encontrado na Região Norte, e o mais baixo, de R\$ 4,070 o litro, no Nordeste.

O gás de cozinha foi outro produto que parou de subir, registrando preço médio de R\$ 102,40 para a unidade de 13 quilos, sendo o mais caro encontrado a R\$ 140 já há quatro semanas no Centro-Oeste, e o mais baixo a R\$ 78, no Sudeste.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/12/2021

PROCURADOR DO MP VÊ FALTA DE TRANSPARÊNCIA EM PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE PORTOS NO ES

Parecer encaminhado ao TCU pede novas audiências públicas para discussão da venda da Codesa; privatização está prevista para início de 2022

Por Luiz Vassalo, O Estado de S.Paulo

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União apontou uma série de inconsistências no processo de privatização da primeira área portuária do País, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Em parecer à corte, o procurador Júlio Marcelo disse ver falta de transparência no processo e pede novas audiências públicas. Segundo ele, a situação se agrava na medida em que a concessão servirá de base para “as desestatizações de portos de maior relevo, estratégicos para o País, tais como os portos de Itajaí, São Sebastião e Santos”.

O procurador diverge da auditoria do TCU, que apenas havia feito uma série de recomendações, mas autorizava a publicação do edital e o consequente andamento da privatização, prevista para março ou abril de 2022. Para Julio Marcelo, há duas irregularidades que, se não forem sanadas, tornam “inadmissível” o andamento da concessão. Uma delas está relacionada à falta de transparência e de audiências públicas. Outra seria a suposta falta de fundamentação para o modelo adotado nas privatizações dos portos.

O parecer foi encaminhado ao ministro Bruno Dantas, relator do processo de acompanhamento da desestatização do porto. Caso acolha esses pedidos, o governo terá de realizar novas audiências públicas para o projeto e entregar documentos que embasem suas decisões. O procedimento pode atingir o cronograma da privatização.

Custos mais altos

O governo federal tem usado o exemplo dos portos de Melbourne, na Austrália, para replicar nas concessões dos portos. Julio Marcelo ressalta que, naquele país, “está ocorrendo crescente repasse de custos para o setor de transporte de contêineres local e o aluguel de espaços na orla marítima continua aumentando durante esta nova era de propriedade do 'porto privado’”.

“O exercício do poder de monopólio no Porto de Melbourne levou a custos de transação mais altos, comprometendo a capacidade dos arrendatários de fechar novos contratos, e já são visíveis os impactos diretos nos preços dos produtos aos consumidores finais”, sustenta.

Para o procurador, o governo federal não está adotando providências para corrigir o modelo australiano. “A opção, ao contrário, talvez em função da evidente pressa dos agentes



governamentais, cuja causa o MP de Contas desconhece, está sendo a de copiar algo que, notoriamente, apresenta sérias falhas na Austrália”, disse.

“O que se verifica no presente processo é, reitera-se, uma pressa aparentemente incompreensível, sem a devida reflexão que a matéria requer. Trata-se, pois, da adoção de velhas práticas por novos atores, sem a devida identificação dos riscos, inclusive relacionados à soberania, certamente pelo anseio de anunciar sucessos efêmeros e apenas aparentes, não sustentáveis no longo prazo”, escreve.

Conforme havia antecipado o Estadão/Broadcast, o processo de privatização havia avançado no TCU. Durante as tratativas do governo junto à área técnica da Corte, o plano de privatização sofreu alterações para contar com mais reduções tarifárias, além de reforçar o modelo em que parte da outorga paga pela futura concessionária possa ser usada em investimentos no próprio porto.

Plano de privatização

O Ministério da Infraestrutura pretende realizar o leilão da Codesa, que administra os portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, entre março e abril do próximo ano. Quem arrematar a companhia terá de desembolsar cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos, num contrato com duração de 35 anos.

Esta é a primeira das privatizações e servirá de base ao governo para a concessão do Porto de Santos, considerado o maior da América Latina, que deve movimentar R\$ 16 bilhões.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura disse que "a entrega do parecer do procurador junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) encerra mais uma etapa do processo, permitindo que a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) entre em discussão pelo plenário".

"Destacamos que ocorreram diversas reuniões entre as equipes técnicas do Ministério da Infraestrutura, da Codesa, do BNDES, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do TCU desde agosto de 2021, quando o projeto foi entregue à corte de contas", disse o Ministério, em nota. "O objetivo foi auxiliar os técnicos do Tribunal a compreender melhor o modelo proposto e suas regras, bem como no esclarecimento de eventuais dúvidas."

Ainda segundo o Ministério, a equipe do TCU realizou diligências específicas para esclarecimento da proposta de desestatização. "Assim, foram identificadas oportunidades de melhoria da modelagem. Logo, o ganho é visível, não só em precisão como também na clareza das regras propostas que o futuro controlador da Codesa, concessionário da exploração dos Portos de Vitória/Vila Velha e Barra do Riacho estará submetido."

"Essas melhorias", prossegue a nota, "foram gradativamente incorporadas ao modelo e apresentadas aos técnicos do tribunal conforme evolução das discussões sobre o tema".

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/12/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

BID APROVA US\$ 1,65 BILHÃO EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA BRASIL E OUTROS CINCO PAÍSES



A Argentina receberá o maior volume das operações de crédito. Serão dois empréstimos que somarão US\$ 500 milhões

Por Valor — De São Paulo

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou liberações de crédito no total de US\$ 1,65 bilhão para seis países da América Latina, entre eles Brasil. A informação foi divulgada no fim da semana passada pelo banco.

Segundo o comunicado, os recursos têm como objetivo ajudar a melhorar as finanças públicas, reativar a economia e a melhorar os serviços prestados na área de saúde água e saneamento transporte.

Os recursos serão destinados a Argentina, Brasil, Equador, Haiti, Honduras e Uruguai.

A Argentina receberá o maior volume das operações de crédito. Serão dois empréstimos que somarão US\$ 500 milhões.

Desse montante, US\$ 300 milhões serão usados para ampliar o acesso da população da Província de Buenos Aires a serviços de saúde. Os demais US\$ 200 milhões também irão para a Província de Buenos Aires, mas para melhorar a rede viária, segundo comunicado do BID.

Depois da Argentina, Equador e Honduras receberão a segunda maior quantia: US\$ 400 milhões cada um.

No caso do Equador, os recursos serão usados para apoiar as reformas políticas e também para contribuir no processo de recuperação econômica sustentável, ainda segundo comunicado do BID. A operação de crédito aprovada para Honduras terá outro objetivo: melhorar a estrutura do país no enfrentamento a desastres naturais e também a ampliar os serviços de saúde pública.

Para o Brasil, o banco – que desde o fim do ano passado é presidido pelo americano de origem cubana Mauricio Claver Carone – aprovou um total de US\$ 80 milhões, que serão usados para financiar obras em Manaus.

O banco disse que 35 mil pessoas devem ser beneficiadas por projetos que envolvem um pacote de obras de esgoto, na rede de água potável, em urbanização, em melhoria de vias públicas. Os recursos também vão cobrir isso inclusão de gênero e diversidade.

O BID também aprovou dois empréstimos para o Uruguai que totalizam US\$ 210 milhões para ajudar a recuperação econômica e fiscal do país no pós-pandemia. Uma parte menor que será usado em obras viárias.

O Haiti também teve uma operação aprovada no valor de US\$ 60 milhões voltados à segurança alimentar.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/12/2021

TERMINAL DA SIMPAR NA BA É ALVO DE QUESTIONAMENTO

Intermarítima, empresa que perdeu o leilão, apresentou denúncia ao TCU contra tentativa de mudança do tipo de carga do terminal

Por Taís Hirata — De São Paulo

Um terminal portuário conquistado pelo grupo Simpar, no fim de 2020, está sendo alvo de questionamento pela Intermarítima, empresa que ficou em segundo lugar no leilão e que agora acusa o governo de desvirtuar o objeto da licitação. O terminal em questão foi destinado à movimentação de grãos, em especial soja, no Porto de Aratu (BA). Porém, passado um ano, a



Simpar já tem sinalizações positivas para transportar fertilizantes no local. Na visão do grupo, isso burla o leilão – o que o governo nega.

Recentemente, a Intermarítima protocolou uma denúncia no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que a autorização para movimentar fertilizantes seja barrada. A empresa afirma que não foram feitos os estudos técnicos necessários, que a mudança seria arbitrária e desvirtuaria o processo licitatório. O argumento é que não faz sentido que o grupo altere os termos do contrato, assinado neste ano, antes mesmo de iniciar a operação.

Além disso, representantes da empresa dizem que, se já houvesse no edital uma autorização para outras cargas, o cenário de competição teria sido outro. Durante o processo de concorrência, um grupo perguntou, nos pedidos de esclarecimento, se seria possível movimentar outras cargas além de grãos, o que foi negado.

Já o governo diz que, por enquanto, o que existe é apenas uma sinalização positiva para a movimentação de fertilizantes em caráter temporário (por três anos), com objetivo de garantir a continuidade do serviço. O Ministério de Infraestrutura deu uma autorização preliminar e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) liberou a operação provisória – esta, porém, ainda não foi oficializada.

A empresa também já fez um outro pedido, de inclusão definitiva da carga no contrato. O pleito ainda não foi analisado. Porém, o ministério não vê, a princípio, empecilhos, segundo Diogo Piloni, secretário nacional de Portos. “Já há previsão normativa e vários casos precedentes em que houve esse tipo de alteração contratual. Nem assim haveria desrespeito ao instrumento convocatório.”

A Antaq afirma que “o pedido [de mudança definitiva] está sendo analisado pela área técnica e, em seguida, será apreciado pela Diretoria Colegiada”. A Simpar diz que “desconhece qualquer questionamento envolvendo o terminal e reitera o cumprimento irrestrito aos contratos”.

O leilão foi realizado em dezembro de 2020. Na ocasião, a CS Brasil, empresa do grupo Simpar, levou dois terminais: um deles é o ATU 18, de grãos sólidos vegetais (soja), com obrigação de investimentos de R\$ 120 milhões – que agora está sendo alvo do questionamento. Houve intensa disputa pelo ativo, mas a Intermarítima acabou perdendo.

No mesmo dia, a CS Brasil também conquistou um segundo terminal em Aratu, o ATU 12 – este sim, de fertilizantes – com previsão de investimentos de R\$ 245 milhões. Neste caso, grupo foi o único interessado.

No pedido protocolado pela CS para movimentar fertilizantes no ATU 18 (de soja), a empresa diz que as obras de melhoria no ATU 12 (de fertilizantes), que terão prazo de três anos, devem impactar a operação. Por isso, sem a autorização para movimentar fertilizantes também no terminal de grãos, haverá “grave déficit ao atendimento à demanda de usuários do porto” nesse período. Na visão de Piloni, do Ministério de Infraestrutura, trata-se de um pleito razoável, para garantir que o serviço não seja interrompido.

Para Matheus Oliva, sócio-diretor da Intermarítima, a mudança é um “gol de mão”. “O poder concedente permitiu, por mero casuísmo, a movimentação de fertilizantes sem levar em conta a regra estabelecida no edital, alterando substancialmente o valor do bem arrendado”, diz.

O advogado Fabio Viana Fernandes da Silveira, do Gallotti e Advogados Associados, que representa a Intermarítima, afirma que não faz sentido que seja concedida uma mudança em caráter emergencial para um contrato que acaba de ser licitado. “Essa transição já era prevista.”

Para ele, há uma tentativa da CS Brasil de extrair mais rentabilidade da operação no porto, porque o contrato do ATU 12 (de fertilizantes), em que o grupo foi o único interessado, não teria

viabilidade. “Se o governo aceitar, será criado um precedente para todos os terminais no país, haverá uma enxurrada de pleitos.”

Do outro lado, afirma-se que a Intermarítima tem interesse em criar entraves para seguir operando no porto de Aratu. Hoje, a companhia atua como operadora independente, ou seja, não tem contrato de terminais, mas faz a movimentação para clientes em áreas públicas – que serão transferidas à CS Brasil. A companhia nega que haja qualquer intenção de prolongar sua estadia e diz que está pronta para sair.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/12/2021

BRASIL É PRIORIDADE NA CARTEIRA GLOBAL DA NORUEGUESA EQUINOR

Petrolífera norueguesa avalia participar do leilão da cessão onerosa em 17 de dezembro

Por André Ramalho — Do Rio



Al Cook, vice-presidente de exploração e produção da Equinor: Brasil tem como característica a qualidade dos ativos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Em processo de reposicionamento estratégico, de olho na transição energética, a Equinor decidiu reduzir pela metade o número de países onde atua no setor de óleo e gás. No Brasil, pelo contrário, a ideia é continuar a crescer. Depois de anunciar, este ano, investimentos de US\$ 8 bilhões - em conjunto com a ExxonMobil e Petrogal - para começar a produção no campo de Bacalhau, no pré-sal da Bacia de Santos, a petroleira norueguesa trabalha no desenvolvimento de novos projetos até 2030, e mira com atenção o leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa das áreas de Sépia e Atapu, marcado para 17 de dezembro.

A Equinor é uma das onze companhias habilitadas para a rodada, que vai demandar desembolsos de R\$ 11,1 bilhões em bônus de assinatura. Em visita ao Brasil, na semana passada, o vice-presidente executivo da área internacional de exploração e produção da Equinor, Al Cook, disse ao Valor que vê Sépia e Atapu como “ótimos campos”, do tipo “que qualquer companhia de óleo e gás do mundo olha”. A decisão de participar da licitação, no entanto, dependerá dos cálculos de retorno.

“Basearemos nossa decisão em como podemos gerar valor”, afirmou o executivo, em entrevista exclusiva ao Valor.

Os excedentes são os volumes descobertos de óleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris que a Petrobras tem direito de produzir no pré-sal, como parte do contrato da cessão onerosa assinado em 2010.

Em 2019, o governo ofertou, sem sucesso, os excedentes dos campos de Sépia e Atapu. Na ocasião, as petroleiras viram muitos riscos associados à licitação - o principal deles a necessidade de negociar com a Petrobras, depois do leilão, o valor da compensação financeira pelos investimentos feitos nos ativos.

Com o insucesso, o governo reviu algumas regras. A principal novidade é que, depois de negociações entre a Petrobras e a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), o valor da compensação a ser paga à petroleira brasileira foi calculado previamente. Além disso, os bônus foram reduzidos em 70%, em relação aos termos da licitação de 2019.



Al Cook comenta que, desde então, a indústria passou por uma profunda transformação, depois da eclosão da pandemia. Ele cita que os compromissos das petroleiras com as reduções das emissões se acentuaram. “Mas o que permanece o mesmo é a qualidade dos ativos do Brasil”, afirmou.

A licitação de Sépia e Atapu ocorre em momento em que o Senado debate sobre a taxação das exportações de petróleo, para financiar a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis. A Equinor não comenta o assunto. Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) adverte, no entanto, que, se aprovada no Congresso, a proposta impacta negativamente em projetos em andamento e futuros e reduz a atratividade dos novos leilões.

Al Cook reforçou que o mérito do leilão de Sépia e Atapu é que os ativos se encontram em fase de produção. “Para nós, a combinação entre ativos em produção e desenvolvimento é o que faz o Brasil tão atrativo”, disse.

Desde 2017, a Equinor cortou pela metade o número de países onde atua em exploração e produção de óleo e gás, para 15. A empresa está de saída da Austrália, México, Irlanda e Nicarágua. Já o Brasil está entre os três principais destinos dos investimentos da empresa. “Nos países onde ficamos, vamos realmente investir, para fazer diferença”, disse.

A norueguesa busca projetos com taxas de retorno acima de 20%, num cenário de óleo a US\$ 60, e campos com intensidade de carbono abaixo de 8 quilos de CO2 por barril. A empresa aposta em ativos com retorno rápido e que tenham breakeven (preço de equilíbrio) abaixo de US\$ 35 o barril.

Bacalhau é uma das principais frentes da carteira de projetos da empresa. A primeira plataforma do campo, de 220 mil barris/dia, deve começar a produzir em 2024. A segunda unidade de produção está prevista para entrar em operação até o fim da década, mas o avanço do projeto ainda depende da campanha de perfuração no norte da área. A perfuração da região, segundo ele, ajudará a ampliar o conhecimento sobre os reservatórios e “dirá o que pode ser feito” na concepção do projeto”.

Para 2022, a Equinor espera iniciar, no primeiro semestre, a fase 2 de Peregrino, operado pela empresa no pós-sal da Bacia de Campos. O projeto, que atrasou devido à pandemia, consiste na instalação de uma terceira plataforma fixa que permitirá atingir reservatórios antes inacessíveis. A ideia é aumentar a vida produtiva do campo e adicionar até 300 milhões de barris em reservas recuperáveis.

Hoje, a companhia possui dois ativos operacionais. Além de operar Peregrino, a Equinor é sócia da Petrobras, com 25%, em Roncador - campo maduro no qual a norueguesa mantém conversas com a brasileira para avançar num projeto de revitalização. Segundo Al Cook, as empresas conseguiram reduzir em 50% os custos dos poços do projeto. “Isso nos dá confiança para os próximos passos”, disse.

Outro ativo importante dentro da carteira da empresa é a descoberta de gás natural de Pão de Açúcar, na Bacia de Campos. O grande desafio é a monetização do gás. A decisão final de investimento deve ser tomada em 2023.

A Equinor produz 33 mil barris/dia de petróleo no Brasil. A multinacional chegou a anunciar planos de produzir entre 300 mil e 500 mil barris /dia no país até 2030. Al Cook, contudo, adota um discurso mais cauteloso. “Não perseguimos volumes de produção, mas metas de [geração de] valor.”

Do lado da exploração, ele diz que as últimas perfurações feitas pela empresa, no país, não tiveram o sucesso esperado. A companhia está focada, agora, em processar o conhecimento adquirido nas perfurações, antes de avançar em novas campanhas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/12/2021

PETROBRAS TRANSFERE OPERAÇÃO DE REGASEIFICAÇÃO DE GNL À EXCELERATE, APÓS AVAL DO CADE

Com a transferência da operação, a empresa tem a possibilidade de disponibilizar gás natural ao mercado

Por Flávya Pereira, Valor — São Paulo

A Petrobras assinou o termo de recebimento e transferiu a operação do terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia para a Excelerate Energy, empresa comercializadora de gás natural, após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovar a operação.

Em nota, a Petrobras diz que apoiou a Excelerate na obtenção das licenças e autorizações necessárias, cumprindo também as condições precedentes existentes no contrato de arrendamento para a operação do terminal.

O navio regaseificador da Excelerate está posicionado no terminal da Bahia e com a transferência da operação, a empresa tem a possibilidade de disponibilizar gás natural ao mercado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/12/2021

BOLSONARO DIZ QUE PETROBRAS VAI ANUNCIAR REDUÇÃO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Presidente afirma que haverá uma série de reduções a partir desta semana

Por Folhapress — Brasília

O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste domingo (5) que a Petrobras vai começar a anunciar uma série de reduções nos preços dos combustíveis, começando nesta semana.

“A Petrobras começa nesta semana a anunciar redução no preço do combustível”, afirmou em entrevista ao site Poder360.

O chefe do Executivo, no entanto, não informou quais seriam os percentuais de redução e nem os prazos.

A alta de preços dos combustíveis vem sendo um dos principais motores da inflação, que já ultrapassou os dois dígitos o acumulado em 12 meses e é um problema econômico enfrentado pela gestão Bolsonaro.

Além de afetar a popularidade do presidente, a inflação também tem causado insatisfação entre prefeitos. Eles reclamam que estão sendo pressionados a reajustar os valores das tarifas do transporte público. Por isso, solicitam auxílio financeiro do governo federal.

Outro grupo fortemente afetado pela alta de preços dos combustíveis é o dos caminhoneiros. Base de apoio de Bolsonaro, a categoria vem organizando, porém, manifestações contra a política de preços da Petrobras e a falta de ação do governo federal para conter a inflação.

Pressionado, Bolsonaro chegou a anunciar um auxílio de R\$ 400 para a categoria, que viria do espaço aberto no teto pela PEC dos Precatórios, aprovada no Senado na semana passada.

O presidente também vem respondendo às críticas pelas altas dos combustíveis atacando governadores e a própria Petrobras. Em relação aos primeiros, costuma afirmar que os altos preços são consequência dos impostos estaduais, em particular do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



“Eu não reajuste, mantive congelado desde 2019, o valor do PIS/Cofins, que é o imposto federal. Os governadores mantiveram o percentual, que varia de acordo com o valor na bomba. E mais que dobraram o valor arrecadado com o ICMS. Querem criticar, critiquem. Mas a pessoa certa”, disse ainda ao site neste domingo.

Recentemente, Bolsonaro também passou a atacar a Petrobras, afirmando que não tem controle sobre a empresa e disse que estava discutindo com o ministro Paulo Guedes (Economia) uma “solução”.

“É uma empresa que não tenho domínio sobre ela, tem seu aparelhamento. Ela busca o lucro. Tivemos problema sério, no passado, além da corrupção, com a questão da paridade com preço internacional. Estamos buscando rever essa questão”, disse Bolsonaro nas últimas semanas.

“Ela entrega a gasolina a R\$ 2,30 o litro. Chega a R\$ 7 no final da linha. É um assunto que sempre procuro debater com a sociedade para demonstrar onde está o problema”, afirmou ainda o mandatário.

Por outro lado, em audiência no Senado, há dez dias, o presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, disse que “não é correto” atribuir à Petrobras o aumento nos preços dos combustíveis.

“A Petrobras reajusta o preço desses combustíveis observando estas variáveis: mercado externo, mercado interno, como eles se comportam, observamos praticamente três grandes mercados –os Estados Unidos, a Europa e a Ásia– a competição entre produtores e importadores, e a variação do preço no mercado mundial”, argumentou.

De acordo com o presidente da empresa, nos últimos sete meses, a estatal ficou 95 dias sem alterar o preço do GLP; 85 sem aumentar o valor do diesel; e 56 dias sem elevar o da gasolina. Ele ainda afirmou que os 15 reajustes feitos pela empresa resultaram em 38 altas para os consumidores.

Bolsonaro acompanhou neste domingo a final do campeonato interno de futebol de veteranos de um clube de Brasília, na qual estava prevista a participação de seu sogro. A imprensa foi vetada pelo clube.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/12/2021

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

IBGE TERÁ PROCESSO SELETIVO COM 207 MIL VAGAS PARA O CENSO 2022

Após diversos adiamentos, autorização foi publicada nesta sexta (3)

Por Cristiane Gercina

SÃO PAULO - O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) recebeu, nesta sexta-feira (3), autorização para realizar processo seletivo simplificado com 207.020 vagas para o Censo de 2022. Segundo o instituto, a medida foi autorizada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital por meio de duas portarias publicadas no Diário Oficial da União.

Dos 207.020 postos de trabalho temporário, 183,1 mil são para recenseador, 18.420 para agente censitário supervisor e 5.500 para agente censitário municipal. A organização do processo seletivo será feita pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O censo do IBGE deveria ter sido realizado em 2020, já que essa contagem populacional ocorre de dez em dez anos e a última foi realizada em 2010, mas, além da pandemia de coronavírus no

ano passado, a falta de transferência de verba por parte do governo federal para custear o processo em 2021 foi um empecilho.



Recenseadora em teste experimental para o censo, em Poços de Calda, Minas Gerais - Ricardo Benichio 3.out.2019/Folhapress

Inicialmente, a seleção para a contratação de recenseadores, agentes censitários municipais e agentes censitários supervisores previa a contratação de 204 mil temporários no país. Agora, além de ampliar o número de vagas, o IBGE está no processo de devolução dos valores que foram pagos anteriores.

Segundo o instituto, o novo período de inscrições está previsto para ter início em dezembro. As informações sobre data, valores, provas e pré-requisitos para participar ainda serão publicadas pela FGV.

Quem se candidatou a uma das vagas de agente censitário pagou taxa de R\$ 39,49. Para recenseador, o valor cobrado foi de R\$ 25,77. Para concorrer a recenseador, o candidato deve ter nível fundamental completo, e para os cargos de agentes censitários, ensino médio concluído.

Na seleção que foi cancelada, o salário oferecido para agente censitário municipal era de R\$ 2.100, e para supervisor, de R\$ 1.700, com jornada de 40 horas semanais, sendo oito horas diárias. Recenseadores recebem por produtividade.

As inscrições nos processos seletivos de 2020 e 2021 não serão válidas para a seleção de 2022. Os interessados deverão fazer nova inscrição e pagar a taxa de inscrição para participar do novo processo seletivo. Segundo o IBGE, o censo visitará os mais de 70 milhões de domicílios brasileiros, em todas as cidades do país, a partir de junho do próximo ano.

ORÇAMENTO

O Censo 2022 será possível após recuo do governo, já que o caso foi parar no STF (Supremo Tribunal Federal). Ao Supremo, o Planalto informou que ampliaria o orçamento do IBGE para a realização do Censo em 2022. Para isso, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento autorizou emenda ao PLOA-2022, fixando o valor total de R\$ 2,292 bilhões para o Orçamento do Censo Demográfico 2022.

O instituto chegou a suspender a realização das provas objetivas em abril, após a votação do Orçamento no Congresso. O governo federal havia reservado anteriormente apenas R\$ 2 bilhões para a realização das pesquisas no ano que vem, mas o instituto afirmou que o valor era insuficiente e seriam necessários R\$ 2,29 bilhões para realizar o cadastramento.

Em maio, o STF decidiu que o governo só precisaria realizar o Censo em 2022. Em setembro, foram feitos testes para o Censo de 2022 presencial na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 06/12/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ZPMC DESENVOLVEU PRIMEIRO RTG MOVIDO A HIDROGÊNIO DO MUNDO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



ZPMC - Arquivo

O sistema que gera eletricidade para o equipamento só produz água purificada durante todo o processo

Recentemente, o primeiro guindaste RTG movido a célula de combustível de hidrogênio do mundo, desenvolvido de forma independente pela Shanghai Zhenhua Heavy Industries (ZPMC), foi colocado à prova. Esta é a primeira aplicação bem-sucedida do sistema de energia híbrido originado de baterias de

hidrogênio em um guindaste móvel, preenchendo a lacuna na aplicação dessa tecnologia na indústria de equipamentos portuários.

O equipamento fornece eletricidade para toda a máquina por hidrogenação e produz como resíduo água purificada durante o processo. Em comparação com o guindaste móvel tradicional com geradores a diesel de alta potência, as emissões médias anuais de dióxido de carbono deste equipamento podem ser reduzidas em mais de 300 toneladas, tendo como base a movimentação média anual de 120.000 TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

PF REÚNE PROVAS PARA INDICIAR RESPONSÁVEL PELO DERRAMAMENTO DE ÓLEO EM 2019

Da Redação NAVEGAÇÃO 29 Novembro -0001



Um petroleiro de bandeira grega teria sido o responsável pelo enorme derramamento de óleo que atingiu mais de 1,5 mil milhas de costa em 2019. Após uma análise de dois anos, a Polícia Federal teria provas suficientes para indiciar o navio e seu proprietário.

“A Polícia Federal, com base nas provas e demais elementos de condenação produzidos, concluiu que havia indícios suficientes de que um petroleiro de bandeira grega foi o responsável pelo

lançamento da substância oleaginosa que atingiu a costa brasileira”, informou a Polícia Federal em 2 de dezembro.

Uma extensa investigação foi conduzida em parceria com várias instituições nacionais e internacionais. Uma análise química foi realizada para determinar a natureza do material, suas características e origens. Outros elementos do trabalho incluíram esforços para determinar o local exato onde ocorreu o derramamento e a liberação de óleo, com imagens de satélite, modelos e simulações.

A Polícia Federal encaminhará seu relatório ao Poder Judiciário Federal do Rio Grande do Norte e ao Ministério Público Federal para análise e posterior tramitação. O relatório recomenda ações judiciais por crimes de poluição, não cumprimento de obrigações ambientais e danos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

PORTOS DO PARANÁ APRESENTA PROJETOS DE EXPANSÃO A GRUPO INTERNACIONAL DE INVESTIDORES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



A Portos do Paraná recebeu, na sexta-feira (3), um grupo de investidores internacionais. Os representantes da International Investment Latin America, subsidiária da China Railway Construction Corporation (CRCC), conheceram os principais projetos voltados para o desenvolvimento dos portos paranaenses.

O foco principal dos executivos é em projetos voltados a impulsionar o transporte ferroviário de cargas. Um dos projetos é o do Cais Leste, conhecido como Moegão, que propõe a centralização da descarga ferroviária em uma moega exclusiva, com reestruturação rodoferroviária dos acessos dos Terminais da Região Leste do Porto de Paranaguá, otimizando a capacidade de recepção de cargas em ambos os modais, rodo e ferroviário.

O projeto prevê aumentar dos quase 550 vagões – que atualmente são descarregados, por dia, no Corredor Leste – para quase 900. Serão quase 300 em cada uma das três linhas por dia. A expectativa do projeto é descarregar no complexo, pelo modal ferroviário, cerca de 24 milhões de toneladas de granéis por ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESCE 25% EM NOVEMBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06 Dezembro 2021



Somando as importações e exportações, o Porto de São Francisco do Sul movimentou 902 mil toneladas de produtos no mês passado. O volume é 25% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando foram movimentadas 722 mil toneladas.

A importação foi responsável por 551 mil toneladas, o que representa 61% das mercadorias que passaram pelo complexo portuário do Norte de Santa Catarina.

Destaque para os produtos siderúrgicos, como barras e bobinas de aço, que somaram 310 mil toneladas, e fertilizantes, com 188 mil toneladas.

A carga exportada chegou a 351 mil toneladas (39% do total).

A soja liderou com 175 mil de toneladas, seguido pelo milho (58 mil toneladas) e o setor de madeiras e celulose (25 mil toneladas).

“Este ano houve um crescimento expressivo na demanda pelo transporte marítimo em todo o país e estamos respondendo à altura”, explica o presidente do Porto de São Francisco, Cleverton Vieira. “O planejamento e investimentos em infraestrutura colaboraram para dar mais fluidez na movimentação de produtos, aumentando a competitividade de São Francisco, que tem recebido cargas de vários estados, inclusive de São Paulo”, disse, referindo-se às 20 mil toneladas de açúcar paulista que embarcaram para a África em novembro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

MAERSK E THE OCEAN CLEANUP VALIDAM TECNOLOGIA CAPAZ DE LIMPAR RIOS E OCEANOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 06 Dezembro 2021



O objetivo final da parceria entre Maersk e a ONG é atingir uma redução de 90% do plástico flutuante do oceano até 2040

De acordo com um estudo realizado pela ISWA (International Solid Waste Association), mais de 20 milhões de toneladas de lixo são despejados nos oceanos anualmente, sendo que 80% vêm das cidades. Além disso, resultados apontam que metade dos resíduos são plásticos, ou seja, 12,5 milhões de toneladas. Neste contexto, a agência científica

nacional da Austrália, CSIRO, estima que há 14 milhões de toneladas métricas de microplásticos nos oceanos. O número constatado é 35 vezes maior do que o esperado.

O grupo A.P. Moller e a Ocean CleanUp desenvolvem tecnologia que visa limpar rios e oceanos. A Ocean CleanUp é uma organização holandesa sem fins lucrativos com serviços de gerenciamento de cadeia de suprimentos de ponta a ponta para sistemas de limpeza de rios e oceanos. Recentemente, o projeto resultante da parceria concluiu a fase de testes, validando a eficácia da tecnologia.

Agora, o principal objetivo é expandir o tamanho do sistema e capturar uma maior quantidade de lixo de forma eficaz.

A missão da The Ocean CleanUp é desenvolver tecnologias avançadas para livrar os oceanos do mundo do plástico. Para isso, pretende interromper o fluxo via rios e limpar o que já se acumulou no oceano. O objetivo final da organização é atingir uma redução de 90% do plástico flutuante do oceano até 2040.

O local de atuação da organização é a região conhecida como ilha do lixo do oceano pacífico (Pacific Ocean Garbage Patches, em inglês), com uma extensão de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, ou seja, três vezes o tamanho da França. Há 1,8 trilhão de pedaços de plástico na região, totalizando cerca de 80 mil toneladas de lixo. Há, ainda, plásticos datados de 1977 na ilha.

“Como um operador marítimo responsável, estamos empenhados em garantir que os oceanos possam permanecer um ambiente saudável para as gerações vindouras. Portanto, estamos muito satisfeitos, não apenas em prolongar, mas também ampliar o acordo de parceria iniciado em 2018”, explica Mette Refshauge, vice-presidente de Comunicações Corporativas e Sustentabilidade da Maersk.

Fase atual da parceria

O sistema de limpeza está em desenvolvimento há cinco anos. Em 2019, o modelo 001 foi testado, mas sem muito sucesso. E agora em 2021, a Maersk e a The Ocean CleanUp testaram o modelo 002, que apresentou bons resultados.

O período de testes serviu como validação da forma de funcionamento e da eficácia do sistema, e os resultados foram positivos: uma das operações chegou a coletar 9 mil toneladas de lixo no oceano. No total, mais de 29 mil toneladas foram recolhidas.

Além disso, com base nos resultados da cada teste, houve um cuidado para haver uma interação saudável do sistema com a vida marinha, a fim de não causar danos ao ecossistema.

Atualmente, para realizar a limpeza no oceano, o projeto conta com um sistema com dois navios para executar a ação. Segundo um levantamento feito pela parceria, será possível limpar a mancha de lixo até 2040, caso 10 sistemas sejam ativados para esta finalidade.

A Maersk tem oferecido suporte à organização holandesa com serviços de manuseio logístico de ponta a ponta, que vão desde embarque mundial de diferentes locais até frete aéreo, contêineres e transporte especial, desembarço aduaneiro, armazenagem e gerenciamento de armazenamento.

“O apoio nos últimos três anos foi inestimável para levar adiante nossa missão”, afirma Lonneke Holierhoek, Diretor de Ciência e Operações da The Ocean CleanUp.

Durante os processos, perceberam que a lixeira é heterogênea, ou seja, existem locais com uma maior concentração de lixo. Portanto, serão utilizados modelos diferentes em determinadas áreas, para que o tempo seja otimizado e cada sistema realize a coleta da maneira mais eficaz possível.

Como parte da parceria, a empresa também ajudará a organização holandesa na implantação de tecnologia de sensor científico a bordo da própria frota da Maersk, para mapear o plástico flutuando nos oceanos e ajudar a organização a ter um melhor entendimento da gravidade da situação.

O objetivo é auxiliar no mapeamento do oceano “Qual a melhor maneira de mapear os oceanos do que aproveitar uma das maiores frotas do mundo?”, afirma o chefe de Logística de Projetos Especiais da Maersk, Robin Townley.

Além da parceria com a The Ocean CleanUp, a empresa tem fornecido suporte marítimo offshore para livrar os oceanos do plástico, por meio da Maersk Supply Services.

O que é feito com o lixo

Atualmente, o mundo enfrenta a crise do “plástico de uso único”. Como solução, surgiu a ideia de fazer utensílios a partir deste material, que serão utilizados por longos períodos.

Dessa forma, o plástico reciclado não voltará ao oceano. Inicialmente, a The Ocean CleanUp está fazendo óculos com plásticos coletados, mas outros produtos também estão sendo planejados.

A maior preocupação em relação aos plásticos é eles retornarem aos oceanos. A partir disso, estudos serão realizados para que novos produtos sejam fabricados e comercializados, gerando maior receita para o projeto e garantindo que o valor agregado será o suficiente para que o produto não retorne aos oceanos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

FIRJAN DESTACA EFEITOS DA COVID-19 NAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Da Redação *ECONOMIA* 06 Dezembro 2021



Burocracia tributária e custo do frete internacional 500% mais caro são entraves apontados pelas empresas. Mas mesmo com a pandemia, indústrias indicam esperar crescimento do comércio exterior

Em sua 6ª edição, o Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado Rio, documento elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), destaca os reflexos da pandemia da Covid-19 no comércio exterior. Numa amostra com mais de 300 empresas, o levantamento constata que o desordenamento das cadeias globais de valor e o aumento das restrições ao comércio internacional impactaram diretamente nos



custos e disponibilidade de fretes internacionais.

A interrupção de diversos sistemas de produção trouxe insegurança, dificultando vendas e aquisições de bens e matérias-primas ao redor do mundo.

A disponibilidade de compradores/demanda pelo produto (23,3% respondentes), o aumento no custo de insumos/matéria-prima (17,3%), dificuldade na aquisição de insumos/matéria-prima (16,7%) e custo do frete internacional (15,7%) foram os principais impactos causados pela pandemia nas operações de exportação e importação no período 2020-2021. Ainda assim, 65% das indústrias respondentes do levantamento afirmaram que mantiveram ou melhoraram o desempenho (34,3% e 30,3% respectivamente) no período. Outros 33,7% apontaram que o desempenho nas operações internacionais piorou.

“Em 2020, com uma corrente de comércio de US\$ 41 bilhões, o estado do Rio foi o segundo maior player entre os estados brasileiros. Porém, ainda existem entraves no comércio exterior que impedem o crescimento das empresas e prejudica o estado de atingir o seu potencial. Altos custos, burocracias alfandegárias e tributárias, são algumas das barreiras identificadas pelo estudo da federação”, destaca Júlio César Talon, vice-presidente da Firjan CIRJ e executivo da GE Celma.

Indústrias fluminenses citam entraves

Além dos reflexos da pandemia da Covid-19, 44% dos industriais fluminenses que participaram da pesquisa da Firjan destacaram que a burocracia tributária é o obstáculo de maior impacto nas exportações fluminenses. Em seguida, vem o custo do frete internacional (13% dos respondentes), reclamação que aparecia apenas na 9ª posição no levantamento anterior. Durante a pandemia, o custo do frete subiu mais de 500% em todo o mundo.

“Com o custo alto do frete, do booking de navios sendo alterado de 28 para 50 dias e cancelamentos de rotas, o importador fluminense vê o custo logístico cotado em US\$ 12 mil, US\$ 13 mil. É um valor muito elevado, deixando a operação cara. Antes da pandemia era em torno de US\$ 2 mil. A toda hora temos uma surpresa, fica difícil fazer um planejamento de importação”, diz Joelza Schenquel Vargas, supervisora de comércio exterior da STAM Metalúrgica, indústria de Nova Friburgo, mundialmente conhecida pela produção de fechaduras e cadeados.

Apesar das dificuldades, Joelza destaca que as exportações da empresa cresceram 25% mesmo com a pandemia, principalmente pelo trabalho de abertura de novos mercados executado em anos anteriores.

A abertura de novos mercados é desejo de 35% das empresas fluminenses, conforme o Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado Rio. Destes, 20% querem ingressar no mercado europeu. Já 23% buscam novos mercados fornecedores, com maior foco nos mercados asiáticos.

Já 84% dos industriais fluminenses consideram que poderiam aumentar suas exportações, caso os entraves atuais fossem superados. No mesmo sentido, 87% das empresas importadoras consideram que teriam incremento em suas operações, caso os entraves fossem retirados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2021

REGULAMENTAÇÃO PARA RECICLAGEM DE EMBARCAÇÕES AVANÇA NA CÂMARA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 06 Dezembro 2021

Comissão de Meio Ambiente aprovou texto que estabelece regras para atividade e que ainda estão previstas para tramitar em outras três comissões. Relator alertou que embarcações em situação de abandono ou naufragadas oferecem riscos de poluição e à segurança da navegação.



Arquivo/Divulgação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamenta a reciclagem de embarcações e estabelece as diretrizes para a gestão e o gerenciamento dessa atividade. A proposta prevê regras detalhadas voltadas aos estaleiros de reciclagem, armadores, Marinha e órgãos ambientais. As regras se aplicam a todas as embarcações em águas brasileiras, incluindo plataformas flutuantes ou fixas de petróleo.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); de Viação e Transportes (CVT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Na CREDN, o deputado General Girão (PSL-RN) foi designado para a relatoria. O prazo para emendas ao projeto é de cinco sessões posteriores a 3 de dezembro de 2021. Na CMADS, não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

O texto aprovado na comissão de meio ambiente não inclui apenas embarcações da Marinha do Brasil e as que possuem menos de oito metros de comprimento e não utilizam motor. A comissão aprovou o substitutivo do relator, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), ao projeto de Lei 1584/21, do deputado Coronel Armando (PSL-SC). O relator afirmou que o substitutivo incorporou sugestões feitas pela autoridade marítima. Melo destacou a importância do projeto para o meio ambiente e para a segurança do tráfego marítimo e fluvial.

O PL estabelece que toda embarcação destinada à reciclagem deve ter um plano para esse fim, elaborado antes do início do processo pelo operador de estaleiro de reciclagem. A exceção é para as embarcações com arqueação bruta (medida que expressa o volume interno total de um navio) menor ou igual a 300 AB, que estão isentas do plano.

O plano de reciclagem deverá conter informações sobre os materiais perigosos e resíduos, que devem ter plano próprio de gerenciamento aprovado por órgão ambiental. O responsável pela embarcação deve fornecer ao estaleiro de reciclagem todas as informações necessárias para a confecção do plano, que só pode ser implementado após aprovação por órgão ambiental.

Melo chamou a atenção que vários pontos do litoral brasileiro estão se tornando 'cemitérios de navios', com risco de essas embarcações abandonadas se transformarem em fontes de poluição, por conterem óleo e metais pesados. "Além da poluição, as embarcações naufragadas também importam risco à segurança da navegação, em especial quando ficam parcialmente submersas", alertou o relator.

O projeto prevê ainda a realização de uma vistoria por parte da autoridade marítima ou por entidade especializada autorizada, antes de a embarcação ser retirada de serviço para ser submetida à reciclagem. Entre outros pontos, a inspeção deve verificar se o inventário de materiais perigosos atende aos requisitos da lei. A autoridade marítima será responsável por estabelecer normas para as vistorias, visando a emissão de certificados de inventário e de embarcação pronta para reciclagem.

O PL aprovado na comissão determina ainda que embarcações novas devem ter a bordo inventário de materiais perigosos, com as substâncias presentes na estrutura ou nos equipamentos. De acordo com o projeto, o responsável pela embarcação deve assegurar que a reciclagem seja feita exclusivamente em estaleiros nacionais. Além disso, o estaleiro deve atender a determinados requisitos, como a apresentação de licença ambiental e registro no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNOPR), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O texto atual prevê que a lei entre em vigor integralmente um ano após a data de sua publicação. Além de plataformas de petróleo, o mercado de reciclagem de estruturas marítimas abrange navios mercantes e militares. Anualmente, cerca de 800 navios mercantes são reciclados no mundo, sendo que 80% desse mercado está concentrado no sul da Ásia, Índia, Bangladesh, Paquistão e Turquia. O novo regulamento europeu, porém, impede armadores de bandeira daquela comunidade de enviarem seus navios para a reciclagem em estaleiros que não estejam na sua própria lista certificada. Para os incentivadores da norma, é uma oportunidade para o Brasil atuar nesse mercado.

A reciclagem busca atender à demanda dos governos e dos armadores, para uma destinação sustentável de suas embarcações, o que tende a ser uma atividade cativa para os estaleiros e a indústria de atendimento do setor, além de criar uma cadeia de serviços específica, principalmente para o setor siderúrgico, que demanda sucata ferrosa. "Diferentemente da construção, em que os armadores e os estaleiros precisam de subsídio para a construção das embarcações, a reciclagem tende a ser um fluxo perene de serviços", ressalta o texto do PL.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/12/2021

DOCAS DO RIO ADQUIRE RADARES PARA MONITORAMENTO DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO NOS PORTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06 Dezembro 2021



Com o objetivo de implantar um Local Port Service (LPS) nos Portos do Rio de Janeiro e Niterói até o final do primeiro semestre de 2022, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) comprou mais alguns dos equipamentos necessários à execução do projeto. Depois das câmeras ópticas convencionais e termais, a mais recente aquisição da autoridade portuária foi a de três radares Sharp Eye da marca Kelvin Hughes, que chegaram no Porto do Rio de Janeiro em outubro e foram formalmente nacionalizados no último dia 29 de novembro.

O gestor de VTMS da Docas do Rio, Marcelo Villas-Bôas, explicou que "esses radares, em complemento ao já instalado no Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ), irão compor o Subsistema de Radares do VTMS dos Portos do Rio de Janeiro e Niterói". Villas-Bôas informou que o radar da Marinha do Brasil (MB) irá integrar o LPS, que vem a ser a fase 1 do projeto do VTMS, e os outros três, recém-adquiridos pela Docas do Rio, serão utilizados na fase 2 do projeto do VTMS, que envolverá a implantação de um Vessel Traffic Service (VTS) nesses portos.

Ainda segundo o gestor de VTMS, a integração dos novos equipamentos da Docas do Rio com os da MB, já existentes nas Organizações Militares, é fruto de um convênio estabelecido em 2019, entre as Autoridades Portuária e Marítima, com vistas ao monitoramento do tráfego aquaviário na Baía de Guanabara: "Essa parceria viabilizará o acesso a modernas ferramentas tecnológicas de gerenciamento da infraestrutura aquaviária, com reflexo direto sobre a segurança e a operação dos portos". A implementação do VTMS visa melhorar a segurança da navegação, salvaguardar a vida humana no mar, elevar a eficiência do tráfego marítimo, ajudar na prevenção da poluição marinha, além do cumprimento de padrões marítimos internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/12/2021



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 188/2021
Página 58 de 58
Data: 06/12/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006